



ACADEMIA MILITAR

DA FORMAÇÃO INICIAL AO PRIMEIRO ANO DE SERVIÇO EFETIVO: Curso de Formação de Guardas 2014/2015

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Luís Manuel Santos Molano

Orientador: Coronel de Cavalaria da GNR Carlos António Gomes de Almeida

Coorientador: Major de Infantaria da GNR Pedro Filipe Saragoça Ribeiro

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2016



ACADEMIA MILITAR

DA FORMAÇÃO INICIAL AO PRIMEIRO ANO DE SERVIÇO EFETIVO: Curso de Formação de Guardas 2014/2015

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Luís Manuel Santos Molano

Orientador: Coronel de Cavalaria da GNR Carlos António Gomes de Almeida

Coorientador: Major de Infantaria da GNR Pedro Filipe Saragoça Ribeiro

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2016

EPÍGRAFE

*“Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.”*

Fernando Pessoa

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, à minha namorada e aos meus amigos pelo apoio incansável que sempre me prestaram nesta fase da minha carreira e ao Sr. Coronel Carlos António Gomes de Almeida pela valiosa lição de vida que me tem vindo a dar.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de investigação não é apenas o produto de um Aspirante aluno da Academia Militar, mas sim o resultado do incansável apoio, dedicação e paciência de uma série de intervenientes não só na elaboração do trabalho mas também na minha vida.

Neste sentido, gostaria de agradecer:

Ao meu orientador, Sr. Coronel Carlos António Gomes de Almeida, por todo o apoio, disponibilidade e profissionalismo apesar das vicissitudes da vida.

Ao meu coorientador, Sr. Major Pedro Filipe Saragoça Ribeiro, pela dedicação, acessibilidade, críticas e sugestões, que se revelaram sempre de extrema utilidade e importância.

A todos os formandos do Curso de Formação de Guardas 2014/2015, pela prontidão e honestidade na hora de responder ao inquérito por questionário.

Aos formadores entrevistados, por partilharem os seus conhecimentos, prestando dessa forma um contributo importante e inquestionavelmente enriquecedor para a prossecução do presente trabalho.

Ao Sr. Professor Paulo Costa, pela disponibilidade, prontidão e eficiência na correção gramatical do trabalho.

Em especial, à minha família, à minha namorada e aos meus amigos, pelo apoio e compreensão que sempre patentearam em todos os momentos da minha vida e, dum modo particular, durante a realização deste trabalho.

A todos, o meu enorme agradecimento!

RESUMO

Num mundo atual, em que a globalização imprime os seus efeitos sobre as dinâmicas sociais, o acesso à informação e ao conhecimento é instantâneo e produzido ao minuto. A sociedade torna-se cada vez mais exigente com os serviços a si prestados, obrigando assim, a uma constante especialização dos funcionários e entidades que os prestam.

As populações tornaram-se mais rigorosas no que respeita aos serviços prestados pela Guarda. Estes serviços terão tanto mais qualidade quanto maior for a preparação dos militares para lidar com a complexidade dos problemas que diariamente são sentidos e vividos pelas populações. A capacidade de respostas proativas por parte da GNR assenta num processo de formação eficaz e adequada aos militares que contactam diretamente com a população.

A investigação aplicada levada a cabo neste trabalho tem como objetivo geral, compreender de que forma a formação ministrada no Curso de Formação de Guardas está alinhada com a atividade territorial da Guarda.

Para esta investigação foram selecionados dois instrumentos de recolha de dados: o inquérito por questionário, que foi aplicado aos Guardas Provisórios no término do curso; e a entrevista, aplicada aos formadores (Oficiais e Sargentos) que os acompanharam no decorrer do referido curso.

Tendo em conta os dados recolhidos, constata-se que existe a necessidade de direcionar a formação ministrada, de uma forma mais contundente, para as exigências da função de patrulheiro da Guarda. As tarefas nucleares de atendimento ao público e de elaboração de expediente são, com base na opinião dos formadores e formandos, uma fragilidade do curso.

A formação ministrada no CFG está em certa medida alinhada com a atividade territorial da GNR e transmite indubitavelmente os conhecimentos essenciais aos futuros militares da Guarda. No entanto, existem aspetos que merecem especial atenção por parte da Instituição.

Palavras-chave: Formação; Curso de Formação de Guardas; Patrulheiro da Guarda; Função de Polícia.

ABSTRACT

In a world where globalization affects social dynamics, access to information and knowledge is immediate and constantly being updated. Keeping in mind that society grows more and more demanding with the services it's entitled to, there is an obvious need for constant specialization on behalf of the staff and entities that provide those same services.

The people have become more rigorous regarding the services provided by the National Guard. In order to deal with the complexity of the problems arising daily from living in a society, the military can improve the quality of its services by being adequately prepared. Therefore, the Republican National Guard's (GNR) ability to respond in a proactive matter depends on an effective and suitable training process of its military who deal directly with the general population.

The research that has been carried out in this field aims to comprehend how the training lectured during the Guard Training Course is on par with the Guard's territorial activity.

For this research there were selected two data compilation instruments; the first, a survey by questionnaire done to the Provisional Guards at the end of the course, and an interview done to the instructors (Officers and Sergeants) that monitored the mentioned course.

By analysing the surveyed data we can see that there is an eminent need to refocus the lectured training in a more decisive matter in order to meet the demands of a Patrolling Officer's role. The public attendance services and the management of work hours are two areas that need improvement according to the instructors and the students.

The training given by the Training and Management Centre (CFG) is in accordance with GNR's territorial activity and there is no doubt that it transmits the pertained knowledge to the future military. There are, however, aspects the institution needs to give special attention to.

Key words: Training; Guard training Course; Guard patrol officer; Police duties.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	ii
DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE GERAL	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	x
ÍNDICE DE QUADROS	xi
LISTA DE APÊNDICES	xii
LISTA DE ANEXOS.....	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	xiv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	5
1.1. Da Instituição	5
1.1.1. Definição	5
1.1.2. Missões e Dependência	5
1.1.3. Função de Polícia	6
1.1.4. O patrulheiro da Guarda.....	8
1.1.4.1. Principais responsabilidades da função de patrulheiro.....	8
1.1.4.1.1. Serviço Policial/Patrolhamento	9
1.1.4.1.2. Atendimento e expediente do posto	10
1.1.4.1.3. Serviço judiciário e comunitário	10
1.1.4.1.4 Manutenção da ordem pública.....	11

1.1.4.1.5. Atividades diversas.....	11
1.2. Da Formação	12
1.2.1. Definição de Formação	12
1.2.2. Formação na GNR	12
1.2.2.1. O Sistema de Formação da GNR.....	14
1.2.2.2. O Curso de Formação de Guardas 2014/2015	16
CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA	21
2.1. Método.....	21
2.1.1. Quanto à abordagem	21
2.1.2. Quanto ao procedimento	22
2.1.3. Quanto aos objetivos e questões de investigação	22
2.1.4. Quanto às técnicas de recolha de dados.....	23
2.1.5. Desenho de investigação	24
2.2. Caracterização da amostra.....	25
CAPÍTULO 3 - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	26
3.1. Análise do inquérito por questionário	26
3.1.1. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 4 ..	27
3.1.2. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 5 ..	28
3.1.3. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 6 ..	29
3.1.4. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 8 ..	30
3.1.5. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 9 ..	31
3.1.6. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 14..	32
3.1.7. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 15..	33
3.1.8. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 17..	34
3.1.9. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 19..	35
3.2. Análise das entrevistas.....	36

3.2.1. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 1 ..	36
3.2.2. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 2 ..	37
3.2.3. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 3 ..	39
3.2.4. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 4 ..	40
3.2.5. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 5 ..	41
3.2.6. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 6 ..	42
3.2.7. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 7 ..	44
CONCLUSÃO.....	46
Respostas às questões derivadas.....	46
Resposta à questão central e reflexões finais	48
Dificuldades e limitações do estudo	49
Recomendações	50
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICES	I
APÊNDICE A - Guião do inquérito por questionário	II
APÊNDICE B - Guião de entrevista aos formadores.....	VIII
APÊNDICE C - Resultados estatísticos do inquérito por questionário.....	IX
APÊNDICE D - Análise qualitativa das entrevistas.....	XVIII
APÊNDICE E - Codificação alfanumérica dos segmentos das entrevistas.....	XXXII
ANEXOS	XXXVI
ANEXO A - Plano curricular do CFG 2014/2015	XXXVII

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 - Sistema de forças nacionais	6
Figura n.º 2 - Fluxo de Formação	15
Figura n.º 3 - Bloco I – Formação Geral Militar	17
Figura n.º 4 - Bloco II – Formação Escolar	18
Figura n.º 5 - Análise quantitativa dos resultados da questão n.º 4	27
Figura n.º 6 - Análise quantitativa dos resultados da questão n.º 5	28
Figura n.º 7 - Análise quantitativa dos resultados da questão n.º 6	29
Figura n.º 8 - Análise quantitativa dos resultados da questão n.º 8	30
Figura n.º 9 - Análise quantitativa dos resultados da questão n.º 9	31
Figura n.º 10 - Análise quantitativa dos resultados da questão n.º 14	32
Figura n.º 11 - Análise quantitativa dos resultados da questão n.º 15	33
Figura n.º 12 - Análise quantitativa dos resultados da questão n.º 17	34
Figura n.º 13 - Análise quantitativa dos resultados da questão n.º 19	35

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 - Caracterização dos formadores entrevistados	25
Quadro n.º 2 - Análise quantitativa dos segmentos das respostas à questão n.º 1	37
Quadro n.º 3 - Análise quantitativa dos segmentos das respostas à questão n.º 2	38
Quadro n.º 4 - Análise quantitativa dos segmentos das respostas à questão n.º 3	40
Quadro n.º 5 - Análise quantitativa dos segmentos das respostas à questão n.º 4	41
Quadro n.º 6 - Análise quantitativa dos segmentos das respostas à questão n.º 5	42
Quadro n.º 7 - Análise quantitativa dos segmentos das respostas à questão n.º 6	43
Quadro n.º 8 - Análise quantitativa dos segmentos das respostas à questão n.º 7	45
Quadro n.º 9 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º 1	XVIII
Quadro n.º 10 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º 2	XIX
Quadro n.º 11 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º 3	XXI
Quadro n.º 12 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º 4	XXIII
Quadro n.º 13 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º 5	XXV
Quadro n.º 14 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º 6	XXVI
Quadro n.º 15 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º 7	XXIX
Quadro n.º 16 - Codificação alfanumérica dos segmentos da questão n.º 1	XXXII
Quadro n.º 17 - Codificação alfanumérica dos segmentos da questão n.º 2	XXXII
Quadro n.º 18 - Codificação alfanumérica dos segmentos da questão n.º 3	XXXIII
Quadro n.º 19 - Codificação alfanumérica dos segmentos da questão n.º 4	XXXIII
Quadro n.º 20 - Codificação alfanumérica dos segmentos da questão n.º 5	XXXIV
Quadro n.º 21 - Codificação alfanumérica dos segmentos da questão n.º 6	XXXIV
Quadro n.º 22 - Codificação alfanumérica dos segmentos da questão n.º 7	XXXV

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - Guião do inquérito por questionário

APÊNDICE B - Guião de entrevista aos formadores

APÊNDICE C - Resultados estatísticos do inquérito por questionário

APÊNDICE D - Análise qualitativa das entrevistas

APÊNDICE E - Codificação alfanumérica dos segmentos das entrevistas

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Plano curricular do CFG 2014/2015

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AM	Academia Militar
AR	Assembleia da República
BI - FGM	Bloco I - Formação Geral Militar
BII - FE	Bloco II - Formação Escolar
BIII - FEX	Bloco III - Formação em Exercício
BF	Bloco de Formação
CARI	Comando da Administração dos Recursos Internos
CDF	Comando de Doutrina e Formação
CFG	Curso de Formação de Guardas
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CO	Comando Operacional
CRP	Constituição da República Portuguesa
E	Entrevistado
Ed	Edição
<i>e.g.</i>	exempli gratia
EG	Escola da Guarda
EMGNR	Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana
Et al.	E outros
Exmo.	Excelentíssimo
FGM	Formação Geral Militar
GCG	General Comandante Geral
GNR	Guarda Nacional Republicana
LOGNR	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
LSI	Lei de Segurança Interna
MAI	Ministério da Administração Interna
NEP	Norma de Execução Permanente
N.º	Número

p.	página
pp.	páginas
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
SIOP	Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais
SForm GNR	Sistema de Formação da Guarda Nacional Republicana
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TPO	Tirocínio Para Oficiais

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) intitula-se “Da formação inicial ao primeiro ano de serviço efetivo: Curso de Formação de Guardas 2014/2015”, e está subordinado à temática da formação na Guarda Nacional Republicana (GNR), mais em concreto ao curso que forma os militares da Guarda pertencentes à categoria profissional de guardas.

O TIA insere-se no Tirocínio para Oficiais (TPO) da GNR, no 5.º ano da Academia Militar (AM), materializando o término do curso e consequente atribuição do grau de mestre em Ciências Militares especialidade de Segurança. A Investigação Aplicada é aquela que está padronizada para a elaboração do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA), sendo que este tem como objetivo geral a aplicação das competências adquiridas ao longo da formação e o desenvolvimento de capacidades de investigação nas áreas das Ciências Sociais, contribuindo assim para a formação dos futuros oficiais da GNR e para uma interação mais efetiva com os militares que servem na Guarda.

A sociedade contemporânea caracteriza-se pelo fenómeno da globalização que permite, através do recurso a qualquer ferramenta tecnológica, como o caso de um simples telemóvel, o acesso instantâneo a informação e conhecimento produzidos em tempo real. Este facto faz com que a sociedade tenha uma perceção do mundo enquanto “aldeia global”, onde as ameaças à segurança das populações se tornaram numa constante, e se torne assim cada vez mais exigente, para consigo própria e para com os outros. Em virtude disto, o mundo especializa-se, as profissões ganham novos rumos e novas perspetivas, e os cursos, que eram generalistas, tornaram-se insuficientes.

Perante este cenário, as populações tornaram-se mais exigentes no que respeita aos serviços prestados pela Guarda. Estes serviços terão tanto mais qualidade quanto maior for a preparação dos militares para lidar com a complexidade dos problemas que diariamente são sentidos e vividos pelas populações. A capacidade de respostas proativas por parte da GNR assenta num processo de formação eficaz e adequada aos militares que contactam diretamente com a população.

Os militares da categoria profissional de guardas, pertencentes ao dispositivo territorial, constituem-se como a “rosto” da Instituição. Por isso, torna-se relevante levar a cabo esta investigação para poder contribuir para uma melhoria progressiva do serviço prestado pela GNR e também da sua imagem perante a sociedade.

Com o propósito de delimitar a abordagem ao tema, elaborou-se o seguinte objetivo geral: compreender se formação ministrada atualmente aos Guardas Provisórios está de acordo com as exigências da atividade territorial da Guarda, nomeadamente, com a função de patrulheiro. Na sequência do objetivo geral, e no sentido de melhor enquadrar o rumo da investigação, delinearam-se objetivos específicos divididos em dois grupos: a perspetiva dos formandos (Guardas Provisórios) e a perspetiva dos formadores (Oficiais e Sargentos). No que diz respeito aos formandos, pretende-se:

- Identificar e descrever o estado de preparação dos Guardas Provisórios, relativamente às áreas de formação do curso, aquando da sua conclusão.

De acordo com o ponto de vista dos Oficiais e Sargentos formadores, deseja-se:

- Identificar e descrever as carências formativas dos formandos;
- Identificar medidas aplicadas na formação que têm vindo a produzir bons resultados;
- Identificar possíveis soluções face às necessidades de formação dos guardas provisórios.

Os referidos objetivos têm como finalidade analisar e comparar os inquéritos feitos aos guardas provisórios com as entrevistas feitas aos formadores, para compreender, tendo em conta os conteúdos programáticos do curso, se os resultados podem ser melhorados mediante possíveis alterações à estrutura curricular.

Em função dos objetivos traçados acima referidos, formulou-se a seguinte questão central (QC): “De que forma a formação ministrada atualmente no Curso de Formação de Guardas se encontra alinhada com as exigências da atividade territorial da GNR?”

Uma vez formulada a questão central, torna-se necessário formular as questões derivadas (QD), ou seja, as questões de investigação. Assim sendo, foram elaboradas:

QD1 - Na perspetiva dos formandos, qual o seu estado de preparação aquando da conclusão do curso?

QD2 - Quais as carências formativas dos formandos na perspetiva dos formadores?

QD3 - Quais as medidas aplicadas na formação que têm vindo a produzir bons resultados, segundo a opinião dos Oficiais e Sargentos formadores?

QD4 - Quais as possíveis soluções face às necessidades de formação dos guardas provisórios, segundo a opinião dos Oficiais e Sargentos formadores?

A estrutura do trabalho de investigação segue a Norma de Execução Permanente (NEP) 522/1ª – Normas para a redação de Trabalhos de Investigação, de 20 de janeiro de 2016, aprovada pelo Exmo. Comandante da Academia Militar. O trabalho encontra-se dividido em três capítulos: Capítulo 1 – Enquadramento Teórico; Capítulo 2 – Metodologia; e, por último, o Capítulo 3 – Apresentação, Análise e Discussão de Resultados.

No Capítulo 1 – Enquadramento Teórico, é feita uma abordagem ao estado da arte da temática abordada. Nesta fase do trabalho, as matérias são apresentadas a partir dos seus conceitos gerais, aprofundando em direção aos conceitos mais específicos e nucleares desta investigação. Este Capítulo está dividido em dois subcapítulos. O primeiro diz respeito à GNR como Instituição, apresentando a sua definição, missões e dependência. Dentro do grande espectro de missões, aprofunda a função de polícia, terminando com a caracterização detalhada da função de patrulheiro da Guarda. O segundo reporta-se à formação, onde são apresentados vários conceitos de formação e a sua evolução ao longo dos anos e segundo os diferentes autores. Esclarece ainda o que comporta a formação na GNR e como se processa através do seu sistema de formação, e, por fim, caracteriza em detalhe o Curso de Formação de Guardas (CFG) 2014/2015.

O Capítulo 2 – Metodologia apresenta o caminho seguido na investigação, ou seja, a forma como foi delineada a pesquisa e a escolha de um plano para a conduzir. Este capítulo está dividido em dois subcapítulos: o primeiro explica o método e o segundo caracteriza a amostra. No subcapítulo referente ao método, a investigação é caracterizada quanto à abordagem, ao procedimento, aos objetivos e às questões de investigação, às técnicas de recolha de dados, e, por último, apresenta o desenho de toda a investigação em forma de síntese esquematizada. No subcapítulo da caracterização da amostra, é feita uma explicação relativamente às amostras utilizadas nas técnicas de recolha de dados. Foi realizado um inquérito por questionário aos Guardas Provisórios do CFG 2014/2015, que permitiu analisar a perspetiva dos formandos, e foram também aplicadas entrevistas aos Oficiais e Sargentos que ministraram formação neste mesmo curso, o que possibilitou analisar a perspetiva dos formadores.

No Capítulo 3 – Apresentação, Análise e Discussão de Resultados, são descritos, detalhadamente, os métodos e técnicas de recolha de dados, bem como as técnicas de tratamento e análise de dados. Este capítulo encontra-se dividido em dois subcapítulos: o

primeiro referente à análise dos resultados do inquérito por questionário e o segundo diz respeito à análise feita às respostas das entrevistas. Do questionário foram escolhidas para análise as questões que concorreram diretamente para os objetivos do trabalho e que permitiram dar resposta às questões de investigação. Os resultados das questões do inquérito por questionário foram discutidos tendo em conta o que foi explicado no Capítulo 1 – Enquadramento Teórico. Na análise das entrevistas foram sintetizadas as respostas dos entrevistados por ideias-chave, o que permitiu a criação de segmentos de respostas para cada questão da entrevista. Esses segmentos foram agrupados em tabelas referentes a cada questão, possibilitando assim a análise quantitativa das entrevistas através da frequência de segmentos respondidos pelos formadores.

Por último, é apresentada a conclusão do trabalho de investigação que tem como finalidade evidenciar os resultados de todo o trabalho teórico e prático realizado, através das respostas às questões derivadas e, em consequência, à questão central.

Após a resposta à questão central, seguem-se algumas reflexões finais, que têm como propósito apresentar possíveis soluções ao problema abordado pela investigação.

São também referidas algumas dificuldades e limitações que ocorreram durante o estudo, finalizando com recomendações feitas para futuras investigações, salientando aspetos que poderão ser melhorados e abordagens diferentes ao tema.

CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Da Instituição

1.1.1. Definição

A Instituição GNR, de acordo com o artigo 1.º da sua Lei Orgânica (LOGNR), caracteriza-se como sendo “uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa”, tendo como principal missão “assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional” (AR, 2007, p. 8043).

1.1.2. Missões e Dependência

A Guarda Nacional Republicana desenvolve a sua atividade de acordo com um alargado espectro de missões, fundamentalmente nas seguintes áreas:

- Policial;
- De segurança e ordem pública;
- De fiscalização e regulação da circulação rodoviária;
- De fiscalização no âmbito fiscal e aduaneiro;
- De controlo costeiro;
- De investigação criminal, tributária, fiscal e aduaneira;
- De proteção da natureza e do ambiente;
- De proteção e socorro;
- Honorífica e de representação;
- Militar (GNR, 2010).

Tendo em consideração a sua natureza militar, a Guarda ocupa uma posição muito específica e particular no que diz respeito à inserção no sistema de forças nacionais.



Figura n.º 1 – Sistema de forças nacionais

Fonte: Adaptado de GNR, 2016

Podemos afirmar que a GNR se caracteriza como um elemento de charneira, ou seja, que faz a ligação entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança, tendo assim as mais variadas competências e levando a cabo missões num espectro mais alargado do que qualquer outro interveniente neste sistema.

No que concerne à sua dependência, a GNR, à luz do consagrado no artigo 2.º da sua Lei Orgânica,

“depende do membro do Governo responsável pela área da administração interna” estando também colocada na “dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, dependendo, nesta medida, do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento” (AR, 2007, p. 8043).

1.1.3. Função de Polícia

Tal como foi suprarreferido, a GNR desenvolve a sua atividade nas mais variadas áreas sendo a função de polícia uma delas. Na atualidade, a função de polícia diz respeito à grande maioria do serviço operacional da Guarda onde está adstrito o maior número de militares.

A função de polícia não requer nenhum tipo de especialização, já as restantes missões da Guarda requerem cursos ou formações para que os militares se especializem nessas áreas. A partir do momento em que os Guardas Provisórios completam o CFG com sucesso, encontram-se em condições de desempenhar a função de patrulheiro ao serviço da

componente territorial da Guarda, componente esta que nela encerra grande parte do que é atividade no âmbito da função de polícia.

A Constituição da República Portuguesa (CRP), no seu artigo 272.º, vem atribuir as seguintes funções à polícia: defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos (AR, 2005). Por sua vez, a Lei de Segurança Interna (LSI) vem definir, no seu artigo 1.º, que segurança interna é a

“actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática” (AR, 2008, p. 6135).

Atribuindo também, neste mesmo diploma no artigo 25.º, as funções de segurança interna às forças e serviços de segurança, nomeadamente à GNR.

Para Bittner (1970), a função de polícia consiste num mecanismo de distribuição de uma força coerciva, não negociável, colocada ao serviço de uma compreensão intuitiva de uma situação, ou seja, traduz-se essencialmente no uso autorizado da força. Seguindo uma linha de pensamento semelhante, Monjardet (1996), citado em (Oliveira, 2006), vem referir que a polícia se materializa como um instrumento nas mãos da autoridade política para aplicar a força, a partir do momento em que, nos termos da lei, se torne necessário. Este autor refere ainda que a polícia revela fundamentalmente um carácter de instrumentalidade e sem fins próprios, seguindo apenas orientações do poder político.

À data eram estes alguns dos entendimentos no que à função de polícia diz respeito, verificando-se, então, a ideia de que a polícia era um instrumento do poder político servindo na maioria dos casos para uso da força coerciva. Anos mais tarde surgem autores que passam a associar a polícia não só às autoridades políticas mas também à envolvente social. Para Bayle, citado em Oliveira, as forças policiais encontram-se “no coração da organização das sociedades e dos mecanismos que asseguram a coesão social, aquilo que os sociólogos designam por controlo social” (2006, p. 101).

A especificidade das instituições policiais passa então a residir no facto destas se situarem na articulação entre a organização social e o conjunto do sistema político, sendo uma Instituição intermediária entre o sistema político e a envolvente social, por isso mesmo, sujeita a uma dinâmica política e social. As instituições policiais estão assim sujeitas a uma dinâmica social que cada vez mais consiste numa demanda de segurança por parte da população, acarretando a necessidade da organização se transformar, adaptando-se às novas exigências. Por outro lado, a especialização das polícias está ligada ao processo de criação

dos Estados, existindo necessariamente uma dinâmica política que resulta da existência de uma autoridade que age em nome da coletividade, editando normas e garantindo o seu cumprimento (Oliveira, 2006).

“A função de polícia torna-se assim entendida, numa perspectiva lata, como uma atividade administrativa que tem por fim prevenir os danos que possam resultar de condutas sociais perigosas” (Oliveira, 2006, p. 106).

Já na perspectiva de Armando Carlos Alves, a função de polícia compreende as atividades que visam: “a proteção de bens; o apoio ao sistema penal; a manutenção da paz pública nas ruas; o acompanhamento e previsão do evoluir dos problemas e conflitos sociais” (2008, p. 39). O papel da polícia é então tratar de qualquer espécie de problemas humanos quando, e na medida em que, a sua solução necessite ou possa necessitar do uso da força, sendo que para isso é necessário levar a cabo atividades: de informações, para conhecer o ambiente; de prevenção, para evitar danos; de repressão, para repor a ordem; e de assistência, para ajudar e socorrer (Alves, 2011).

1.1.4. O patrulheiro da Guarda

O militar patrulheiro da GNR apresenta-se diariamente à rua como o rosto da Instituição, não se tratando de um mero executante das leis e regulamentos, mas sim como uma figura revestida de autonomia, que deve revelar, muitas vezes de forma inadiável, uma grande capacidade de interpretação, decisão e resolução de muitas das situações decorrentes do serviço policial. “O polícia, sem possibilidade de consultar a legislação ou a hierarquia, vê-se obrigado a encontrar maneira de responder aos problemas que se lhe deparam; no desempenho do seu papel, por um lado é juiz, por outro é parte implicada” (Alves, 2011, p. 133).

1.1.4.1. Principais responsabilidades da função de patrulheiro

No âmbito das funções existentes na GNR, a função de Guarda Patrulheiro é desempenhada por militares com o posto de Guarda, Guarda Principal, Cabo promovido por antiguidade e Cabo habilitado com curso adequado (MAI, 2009)¹.

¹ De acordo com o artigo n.º 245 do EMGNR

Em termos gerais, e de acordo com um estudo feito ao CFG pela SDO Consultadoria, foram consideradas para a presente investigação as seguintes atividades para a função de Guarda Patrulheiro:

- Serviço policial/patrulhamento;
- Atendimento e expediente do Posto;
- Serviço judiciário e comunitário;
- Manutenção da ordem pública;
- Atividades diversas. (Marques & Nogal, 2009)

As atividades enunciadas classificam-se em nucleares e críticas. De um modo geral, classificam-se como atividades nucleares aquelas a que o titular da função se dedica mais tempo, enquanto atividades críticas são aquelas que podem ter mais impacto.

1.1.4.1.1. Serviço Policial/Patrulhamento

O serviço policial cumpre uma importante atividade no desenvolvimento da missão da Guarda, principalmente nos seguintes aspetos: velar pelo cumprimento das leis, garantir a manutenção da ordem pública, manter e restabelecer a segurança dos cidadãos e da propriedade e auxiliar e proteger os cidadãos.

São as patrulhas, que no desempenho da atividade do serviço policial da Guarda, se constituem como a principal modalidade (GNR, 2010), caracterizando-se como uma atividade nuclear.

As principais tarefas incumbidas aos militares no âmbito do referido serviço policial e respetivo patrulhamento são:

- Respeitar e fazer respeitar os preceitos legais contidos na CRP e demais legislação em vigor;
- Estabelecer contacto com a população com vista à recolha de informação pertinente para o combate à criminalidade, procedendo posteriormente à sua divulgação interna de acordo com as políticas e regras instituídas;
- Prevenir ou restabelecer a segurança dos cidadãos e da propriedade pública ou privada, através do patrulhamento (giro), em veículo automóvel ou apeado, de acordo com as instruções recebidas do Comandante de Posto;

- Realizar o registo das ocorrências durante a patrulha, apresentando no final do turno um pequeno relatório com o relato dos factos, incluindo justificação de eventuais alterações (ou não execução) ao giro;

- Zelar pela boa conservação do material utilizado no cumprimento da missão que lhe é incumbida, incluindo a viatura de patrulha no caso de ser o condutor, informando o Comandante de Posto sempre que o equipamento não se encontre em condições;

- Participar em operações do Comando ou em operações no âmbito da colaboração com outras entidades de combate à criminalidade (Marques & Nogal, 2009).

1.1.4.1.2. Atendimento e expediente do posto

A função de atendimento ao público e de preenchimento de expediente (de ação policial ou administrativo) é uma atividade de extrema importância e nuclear no que diz respeito ao serviço diário do Posto Territorial, tendo como principais tarefas:

- Efetuar o atendimento ao cidadão no posto, incluindo os casos de atendimento às vítimas após o horário normal de funcionamento dos núcleos especializados, dando o devido encaminhamento às situações apresentadas;

- Executar corretamente o expediente relacionado com a ação policial, bem como o expediente relacionado com o funcionamento do Posto;

- Manter-se atualizado sobre a legislação e procedimentos em vigor, adequando o seu desempenho às orientações que vão sendo publicadas (Marques & Nogal, 2009).

1.1.4.1.3. Serviço judiciário e comunitário

Os militares patrulheiros da GNR constituem-se como órgãos de polícia criminal. Nesta atividade nuclear de âmbito judiciário e comunitário, existem também tarefas que os Guardas desenvolvem com alguma frequência, tais como:

- Comparecer no Tribunal como representante da GNR sempre que solicitado pelas autoridades judiciais ou quando, no âmbito das suas competências, tal seja exigido;

- Entregar no local de residência dos cidadãos as notificações elaboradas pelo Tribunal para a audição de testemunhas, sempre que estas revistam um carácter de urgência;

- Transportar e/ou acompanhar cidadãos com indicação para internamento psiquiátrico compulsivo até à Instituição de saúde apropriada, ao abrigo da lei da Saúde Mental (Marques & Nogal, 2009).

1.1.4.1.4 Manutenção da ordem pública

A manutenção da ordem pública é uma atividade crítica, pois, quando acontece, pode ter muito impacto junto da comunidade e da própria força policial. Não é uma atividade nuclear pois acontece poucas vezes e para as quais existem forças especializadas na Guarda capazes de lidar com este tipo de situações. Neste caso temos como principais tarefas:

- Garantir, no âmbito da sua responsabilidade, a manutenção da ordem pública utilizando preferencialmente os meios de persuasão e de diálogo com os cidadãos;
- Efetuar detenções de acordo com os procedimentos instituídos realizando posteriormente o acompanhamento dos indivíduos detidos a Tribunal, segundo a legislação e regulamentos vigentes (Marques & Nogal, 2009).

1.1.4.1.5. Atividades diversas

O Guarda patrulheiro tem também de cumprir com outras responsabilidades que venham a ser claramente identificadas pelos seus superiores, necessárias à prossecução da missão (Marques & Nogal, 2009).

1.2. Da Formação

1.2.1. Definição de Formação

A mudança é uma constante da vida e uma das formas de lidar com ela é através da educação e formação. A aquisição de novos conhecimentos e capacidades aumenta o valor do colaborador no mercado de trabalho, a sua segurança e autoconfiança e a sua empregabilidade (Rego, et al., 2015).

Começando pelos mais clássicos, uns consideram a formação como um meio para desenvolver a força de trabalho no interior de cada cargo (Yoder, 1956), alguns consideram a formação um meio para um bom desempenho num cargo, estabelecendo um conceito de educação geral (Waite, 1952), outros consideram ainda simplesmente que é a preparação duma pessoa para um cargo (Whitehill & Arthur, 1955). A formação constitui-se então como um mecanismo para aumentar a eficácia das pessoas, arrastando consigo a organização onde estão inseridas e proporcionando o desenvolvimento da eficácia organizacional (Camara, Guerra, & Rodrigues, 2003).

A formação pode assim ser definida como o “conjunto de experiências de aprendizagem planeadas por uma organização, com o objetivo de induzir a mudança nas capacidades, conhecimentos, atitudes, e comportamentos dos empregados no trabalho” (Rego, et al., 2015, p. 379).

Tendo em conta este conceito, pode-se então afirmar que a formação se assume como um dos métodos mais eficazes de melhorar a produtividade dos indivíduos e de comunicar os objetivos organizacionais aos novos colaboradores (Rego, et al., 2015).

1.2.2. Formação na GNR

A formação desempenha atualmente um papel importante. É através dela que os militares iniciam a sua carreira, se atualizam e se especializam na Instituição.

É mediante a aquisição de novos conhecimentos que os militares se preparam para o exercício das funções e para a prestação de segurança às populações. A missão geral da Instituição depende, maioritariamente, da formação geral e específica que os militares possuem.

Assim sendo, a Guarda encara a formação como o “processo global através do qual aos formandos (alunos) são proporcionados os meios necessários à aquisição de conhecimentos, aptidões, normas de procedimento e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias de uma atividade profissional” (GNR, 2008a, p. 71).

À luz do consagrado no Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana (EMGNR)², constata-se também que a formação é então todo o processo que comporta

“o conjunto de atividades educacionais, pedagógicas, formativas e doutrinárias que visam a aquisição e a promoção de conhecimentos, de competências técnico-profissionais, de atitudes e formas de comportamento, exigidos para o exercício das funções próprias do militar nas mais diversas áreas de actuação” (MAI, 2009, p. 31).

A formação na Guarda está estruturada num sistema integrado que se divide em quatro grandes subsistemas que se complementam entre si:

- Formação Inicial - formação de base inerente aos requisitos mínimos de acesso a qualquer cargo na GNR, onde contempla o Curso de Formação de Guardas (CFG), o Curso de Formação de Sargentos (CFS) e o Curso de Formação de Oficiais (CFO), proporcionando as competências necessárias para o desempenho do primeiro cargo;

- Formação de Progressão na Carreira - visa o desenvolvimento dos conhecimentos e aptidões profissionais específicos que permitem aceder a postos superiores. É constituída pelos cursos e estágios destinados à progressão na carreira nas diferentes classes (*e.g.* Curso de Promoção a Capitão);

- Cursos de Especialização e Qualificação - constituem-se como soluções formativas para uma determinada necessidade visando desenvolver competências profissionais relativamente a determinada área técnica específica da função. É constituída pelos cursos e estágios para o ingresso em quadros específicos (*e.g.* Curso de Investigação Criminal);

- Instrução de Atualização e Qualificação - visa o aperfeiçoamento das competências já existentes. Processa-se de uma forma contínua e permanente e abrange todos os militares, independentemente do seu posto, função ou colocação (*e.g.* Ação de Formação de Utilizadores do SIIOP) (GNR, 2008a).

Pode-se constatar que a grande parte da formação ministrada pela GNR se insere na formação contínua, já que esta se define como o “conjunto de processos formativos organizados e institucionalizados subsequentes à formação inicial com vista a permitir uma adaptação às transformações tecnológicas e técnicas, favorecer a promoção social dos

² De acordo com o n.º 1 do artigo 145º

indivíduos, bem como permitir a sua contribuição para o desenvolvimento cultural, económico e social” (GNR, 2008a, p. 73).

Importa então realçar a extrema importância da Formação Inicial pois, mesmo representando uma percentagem mais reduzida no total da formação na GNR, é esta que materializa o conhecimento base de todos os militares da Guarda e, por sua vez, possibilita a existência dos restantes processos formativos.

1.2.2.1. O Sistema de Formação da GNR

O Sistema de Formação da Guarda (SForm GNR) é o “conjunto estruturado de atividades, princípios, mecanismos de coordenação, regras e normas, que estabelece e regula o desenvolvimento do processo formativo” (GNR, 2008a, p. 117).

Na perspetiva da Instituição, um Sistema de Formação de excelência resulta da coerência entre a qualidade de gestão e de funcionamento da Instituição na sua globalidade. Logo, a formação deve acompanhar e ser coerente com os seus objetivos e as suas missões.

O Sistema de Formação enquadra-se no Modelo Sistémico da Formação, que consiste num “método lógico que assegura o desenvolvimento contínuo da GNR e contém as potencialidades para dar resposta às exigências impostas pelos requisitos das funções dos militares” (GNR, 2008b, p. 2-5), permitindo assim a construção do respetivo Perfil Profissional³ que sustenta a conceção do Perfil de Formação⁴ adequado. A definição dos Perfis de Formação permite satisfazer as necessidades de formação da Guarda através da realização de Cursos de Formação, de Promoção, de Especialização e de Qualificação. Estes cursos são executados pela Escola da Guarda com base em Planos de Formação⁵.

O Ciclo de Produção de Formação encontra-se materializado em três componentes:

³ “Descrição do conjunto de competências requeridas para o exercício de uma atividade ou de uma profissão, podendo incluir deveres, responsabilidades, condições de trabalho, requisitos, sistema de ingresso e progressão na carreira” (GNR, 2008a, p. 97).

⁴ “Constitui a tradução, em conteúdos de formação, dos perfis profissionais. Do perfil de formação devem constar os objetivos, a organização, a duração e as competências a obter no final da formação” (GNR, 2008a, p. 96).

⁵ “Documento que integra o conjunto estruturado das atividades que devem ser realizadas num dado período de tempo, com o fim de se alcançar os objetivos propostos, tendo por base um diagnóstico de necessidades de formação” (GNR, 2008a, p. 99).

- Utentes - Comandos Funcionais – Comando da Administração dos Recursos Internos (CARI), Comando Operacional (CO) e Comando de Doutrina e Formação (CDF);
- Gestor - Direção de Recursos Humanos do CARI;
- Formador - Comando de Doutrina e Formação.

Quanto aos utentes, estes elaboram um levantamento das necessidades de recursos humanos e apresentam-no ao Gestor. Este último, caso disponha do recurso (militar formado), disponibiliza-o, ou, se tal não for possível por falta deste, aciona a respetiva formação. O Formador, por intermédio da entidade formadora e de formação (Escola da Guarda (EG) e Centros de Formação), realiza o curso solicitado. Aquando do término do referido curso, a competência adquirida será certificada pela secção de avaliação e controlo do CDF e inscrita no Passaporte de Desempenho Funcional⁶ do militar (recurso), que concluiu com sucesso o curso. Este será então inserido no local e com as competências solicitados pelo Utente.

Resumidamente, o processo de formação desenvolve-se de acordo com o esquema presente na figura n.º 2.



Figura n.º 2 – Fluxo de Formação

Fonte: Adaptado de GNR, 2008

Em suma, é assim que se processa o Fluxo de Formação:

- Os Utentes (CARI, CO e CDF) indicam as suas necessidades de formação;
- O CDF estuda e propõe as soluções encontradas;
- O General Comandante Geral (GCG) aprova;

⁶ “Documento de certificação parcial, emitido pela Entidade Certificadora, onde se registam todas as atividades que o candidatado pela via da experiência demonstrou saber fazer, bem como as que não comprovou, por referência a um determinado perfil profissional, no âmbito do processo de avaliação perante Júri Tripartido a que foi submetido” (GNR, 2008a, p. 94).

- O CDF, através da Entidade Formadora (EG) e de Formação (Centros de Formação), executa as propostas aprovadas;
- O Utente recebe os recursos formados.

1.2.2.2. O Curso de Formação de Guardas 2014/2015

O CFG, como já foi referido nesta investigação, encontra-se inserido na formação inicial. Como tal, o curso tem por finalidade formar os Guardas Provisórios, habilitando-os com os conhecimentos e as competências técnicas específicas necessárias ao desempenho das funções que lhes forem atribuídas (GNR, 2012).

Este Curso de Formação, assim como qualquer processo formativo na Instituição, tem como objetivos:

- Preparar o militar para o desempenho da sua função;
- Reforçar as suas competências e melhorar os pontos fracos;
- Melhorar a qualidade de serviço prestado à sociedade civil.

O CFG 2014/2015 foi frequentado por 400 Guardas Provisórios (338 homens e 62 mulheres), que foram selecionados num universo de 11452 candidatos, após a realização de diversas provas de conhecimento, físicas, psicotécnicas e médicas.

A prova de conhecimento tem carácter quantitativo com uma ponderação de 75% para a média final. As provas físicas têm como objetivo avaliar as aptidões físicas necessárias à execução das atividades inerentes à função. A avaliação psicológica visa avaliar aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos, mediante técnicas de natureza psicológica, a adequação do perfil do candidato ao perfil da função de Guarda. Por último, o exame médico é o método de seleção de carácter qualitativo que visa avaliar as condições de saúde física e psíquica exigidas para o exercício da função.

O plano curricular do CFG contempla três Blocos de Formação (BF):

- Bloco I - Formação Geral Militar (BI-FGM);
- Bloco II - Formação Escolar (BII-FE);
- Bloco III - Formação em Exercício (BIII-FEX).

O BI-FGM teve início no dia 08 de dezembro de 2014 e terminou no dia 02 de janeiro de 2015. Este BF é composto por unidades curriculares essencialmente militares constituindo assim uma parte essencial da formação base do futuro militar da GNR.

Esta fase da formação do Guarda Provisório comporta ainda nos seus tempos letivos a Incorporação no CFG e os Exercícios de Campo.

A organização deste módulo de FGM tem-se mantido quase inalterada ao longo dos anos, perfazendo um total de 150 tempos letivos⁷.

Bloco I - Formação Geral Militar (BI-FGM)					
Módulo	Coef	Unidades Curriculares	Coef	Tempos Letivos	Total
Formação Geral Militar	1	Armamento	1	12	87
		Ordem Unida	1	19	
		Cidadania e Condição Militar	1	10	
		Topografia	1	16	
		Técnica Individual de Combate	1	14	
		Treino Físico Militar	1	16	
				Soma (1)	87
Incorporação				14	63
Exercícios de Campo e Avaliação				42	
Atividades Complementares				7	
				Soma (2)	63
SubTotal (1) = Soma (1) + Soma (2)					150

Figura n.º 3 - Bloco I – Formação Geral Militar

Fonte: Adaptado Plano Curricular CFG 2014/2015

Após terem frequentado com aproveitamento o BI-FGM, os Guardas Provisórios que não tenham realizado serviço militar prestam Juramento de Bandeira.

O BII-FE teve início no dia 05 de janeiro de 2015 e terminou no dia 06 de julho de 2015. É composto por cinco módulos diferentes que vão consubstanciar, por sua vez, a formação de base policial e restantes áreas que com esta se encontram interligadas. Os módulos são:

- O módulo Jurídico, composto por 105 tempos letivos divididos pelas unidades curriculares;
- O módulo Técnico-Profissional, composto por 380 tempos letivos divididos pelas unidades curriculares;

⁷ Cada tempo letivo corresponde a uma hora.

- O módulo Sócio-Comportamental, composto por 55 tempos letivos divididos pelas unidades curriculares;

- O módulo Geral, composto por 85 tempos letivos divididos pelas unidades curriculares;

- O módulo de Aptidão Física e Ordem Unida, composto por 85 tempos letivos divididos pelas unidades curriculares.

O BII-FE comporta ainda 40 tempos letivos em Atividades Complementares.

Bloco II - Formação Escolar (BII-FE)					
Módulo	Coef	Unidades Curriculares	Coef	Tempos Letivos	Total
Jurídico	2	Noções Gerais de Direito	1	15	105
		Direitos Fundamentais	1	15	
		Direito Penal	2	30	
		Direito Processual Penal	2	30	
		Direito Fiscal e Aduaneiro	1	15	
Técnico-Profissional	3	Legislação Policial	3	90	380
		Legislação e Segurança Rodoviária	2	60	
		Tática das Forças de Segurança	2	40	
		Investigação Criminal	1	30	
		Armamento e Tiro	2	60	
		Informações	1	15	
		Organização e Funcionamento da GNR	1	25	
		Módulos Interdisciplinares	2	60	
Sócio-Comportamental	2	Comunicação e Atendimento	1	20	55
		Interpretação e Redação	1	20	
		Ética e Deontologia Profissional	1	15	
Geral	1	Comunicações e Sistemas de Informação	1	30	85
		Saúde e Socorrismo	-	10	
		Inglês	1	25	
		Informática	1	20	
Aptidão Física e Ordem Unida	1	Educação Física e Desportos	1	45	85
		Luta e Defesa Pessoal	1	20	
		Ordem Unida	-	20	
Atividades Complementares		Curso de Adaptação de Condução Cat A+B		40	40
		Palestras/Conferências/Seminários			
		Visitas de Estudo			
		DDI			
Soma (3)					750
SubTotal (2)=Soma (3)					750
TOTAL = SubTotal (1) + SubTotal (2)					900

Figura n.º 4 - Bloco II – Formação Escolar

Fonte: Adaptado Plano Curricular CFG 2014/2015

Por último, o BIII-FEX teve início no dia 06 de julho de 2015 e terminou no dia 18 de setembro de 2015. Este BF realizou-se em 18 Comandos Territoriais do país, que correspondem geograficamente aos 18 distritos, sendo que os Guardas Provisórios se encontravam sempre sob a responsabilidade da EG.

A Formação em Exercício (FEX) visa a aplicação dos conhecimentos adquiridos e das competências desenvolvidas nos BI-FGM e BII-FE, e tem por objetivo proporcionar uma experiência prática no exercício das funções inerentes ao posto de Guarda, através da realização de atividades operacionais e técnicas correspondentes ao Quadro dos formandos. No decorrer desta fase formativa estavam incumbidas aos formandos as seguintes missões:

- Desempenhar o serviço de apoio ao atendimento ao público, no sentido de elaborar o expediente necessário decorrente de eventuais queixas, participações ou outras ocorrências, bem como todo o restante serviço interno inerente às tarefas do Guarda;

- Acompanhar as patrulhas, diurnas e noturnas;

- Acompanhar as patrulhas nos giros estabelecidos de forma a aprender com a experiência dos militares do Posto os ensinamentos necessários a uma eficiente e eficaz ação policial;

- Acompanhar os militares do Posto Territorial, no âmbito dos seguintes tipos de operações policiais:

- Policiamento e fiscalização dos estabelecimentos de diversão noturna, incluindo as ações de identificação e controlo de suspeitos;

- Fiscalização e regulação do trânsito com especial atenção aos principais eixos rodoviários;

- Fiscalização de estabelecimentos comerciais, com incidência nos delitos antieconómicos e contra a saúde pública;

- Fiscalização do cumprimento dos Regulamentos Municipais;

- Vigilância e adequado policiamento em áreas florestais e pontos sensíveis, tais como vias férreas, redes telefónicas, sistemas de distribuição de energia e redes de abastecimento de água;

- Fiscalização no âmbito Fiscal e Aduaneiro (GNR, 2015).

Durante o BIII-FEX cabe aos Comandantes territorialmente competentes, seja aos Comandantes dos Destacamentos Territoriais seja aos Comandantes dos Postos Territoriais, proporcionar aos Guardas Provisórios, uma realidade tão próxima quanto possível de todas as funções e tarefas inerentes ao posto de Guarda. No final, é feita uma apreciação do Mérito

Pessoal aos formandos, pelos Comandantes dos Destacamentos Territoriais onde os Guardas Provisórios realizaram a respetiva FEX.

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA

2.1. Método

Método é o “caminho pelo qual se chega a determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão de modo refletido e deliberado” (Hegenberg, 1976, p. 115).

O método científico é o método usado nas ciências, sejam elas exatas ou sociais/humanas, que consiste em estudar um fenômeno da maneira mais racional possível, de modo a evitar enganos, procurando sempre evidências e provas para as ideias, conclusões e afirmações, ou, ainda, o conjunto de abordagens, técnicas e processos para formular e resolver problemas na aquisição objetiva de conhecimento (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Para iniciar uma investigação é necessário delinear a pesquisa que implica a escolha de um plano para a conduzir. A forma como o problema é concebido e estruturado é de extrema importância para um correto apuramento de resultados. Tendo a investigação como principais objetivos analisar, explicar, prever e agir sobre a realidade, tal só poderá ser possível por via da aplicação do método científico (Patton, 2002).

“O mais característico e específico da ciência, aquilo que a constitui como tal e a distingue dos demais tipos de conhecimento é, sem dúvida, o método científico” (Freixo, 2012, p. 84).

2.1.1. Quanto à abordagem

O raciocínio lógico dedutivo tem origem na concepção racionalista das ciências para a qual tiveram contributos decisivos autores como Francis Bacon (1561-1626), Galileu (1564-1642) e René Descartes (1596-1650) (Freixo, 2012). Este método faz-se do geral para o particular, ou seja, raciocinar dedutivamente é partir de premissas gerais em busca de uma verdade particular. “As conclusões são obtidas a partir das premissas, usando-se o raciocínio lógico e, uma vez encontradas, as conclusões são incontestáveis” (Freixo, 2012, p. 106).

A base lógica deste trabalho de investigação aplicada vai incidir na utilização do método dedutivo, onde a conclusão encerra informação que está contida nas premissas. Pretende-se, com este estudo, por um lado analisar os resultados obtidos a partir dos inquéritos por questionário feitos aos guardas provisórios e das entrevistas feitas aos formadores, e, por outro, estudar o programa curricular ministrado no CFG e as exigências da função de patrulheiro. A partir destas duas premissas, ou seja, dados suficientemente constatados, infere-se uma possível verdade particular.

Posto isto, o método dedutivo aplicado nesta investigação permite explicitar o conteúdo das premissas, isto é, compreender se a formação atualmente ministrada no CFG está ou não alinhada com as exigências da função de patrulheiro da Guarda.

2.1.2. Quanto ao procedimento

No que diz respeito ao procedimento, foi elaborado um estudo de caso ao CFG 2014/2015, onde, a partir das técnicas de recolha de dados utilizadas, se foi estudar em detalhe toda a envolvente do curso.

Com o estudo de caso, desenvolve-se assim uma exploração intensiva de um caso (e. g. um grupo de indivíduos) apresentando um forte cunho descritivo, envolvendo técnicas de recolha e análise de dados muito diversas (Freixo, 2012).

2.1.3. Quanto aos objetivos e questões de investigação

A investigação inicial visa proporcionar uma maior familiaridade com o caso, ou seja, com todas as componentes que envolvem o curso, bem como com as características da função de patrulheiro da Guarda. Nesta fase, a investigação assume então um carácter exploratório.

Numa fase posterior, e após a aplicação das técnicas de recolha de dados, a investigação assume uma matriz descritiva, onde serão assim caracterizadas as duas perspetivas em causa: a dos formandos e a dos formadores.

A presente investigação visa responder à seguinte questão central: “De que forma a formação ministrada atualmente no Curso de Formação de Guardas se encontra alinhada com as exigências da atividade territorial da GNR?”

Para auxiliar, orientar e delimitar a abrangência de toda a investigação foram elaboradas as seguintes questões derivadas:

- Na perspectiva dos formandos, qual o seu estado de preparação aquando da conclusão do curso?
- Quais as carências formativas dos formandos (Guardas Provisórios) na perspectiva dos formadores?
- Quais as medidas aplicadas na formação que têm vindo a produzir bons resultados, segundo a opinião dos Oficiais e Sargentos formadores?
- Quais as possíveis soluções face às necessidades de formação dos Guardas Provisórios, segundo a opinião dos Oficiais e Sargentos formadores?

2.1.4. Quanto às técnicas de recolha de dados

O investigador seleciona os meios e métodos de recolha de dados que irá utilizar, devendo ter presente que existem diversos instrumentos ou meios para o desenvolvimento de tal tarefa e poder assim medir as variáveis do estudo (Freixo, 2012).

Para esta investigação foram selecionados dois instrumentos de recolha de dados: o inquérito por questionário, que foi aplicado aos Guardas Provisórios no término do curso; e a entrevista, aplicada aos formadores (Oficiais e Sargentos) que os acompanharam no decorrer do referido curso.

O questionário é um instrumento constituído por um conjunto de enunciados ou questões que permitem avaliar as atitudes e opiniões dos sujeitos (Fortin, 1999). Este questionário foi aplicado aos Guardas Provisórios (formandos) na semana de encerramento do curso de 21 a 25 de setembro de 2015. Nesta mesma semana foi ainda efetuado, antes da aplicação do referido questionário, um pré-teste a Oficiais e Sargentos formadores deste curso.

Para o questionário⁸ em causa, foi elaborada uma escala de Likert de 4 pontos com o objetivo de avaliar o grau de preparação sentida pelos formandos para as diferentes situações ali questionadas. “Likert preconizava uma escala de 5 pontos, mas atualmente, na mais diversa bibliografia preconiza-se a utilização de escalas de 3 ou 4, alegando a falta de poder discriminatório de cada sujeito quando a escala tem muitas possibilidades de resposta” (Cunha, 2007).

O segundo instrumento de recolha de dados utilizado foi a entrevista, sendo esta “uma técnica que permite o relacionamento estreito entre entrevistador e entrevistado” (Freixo,

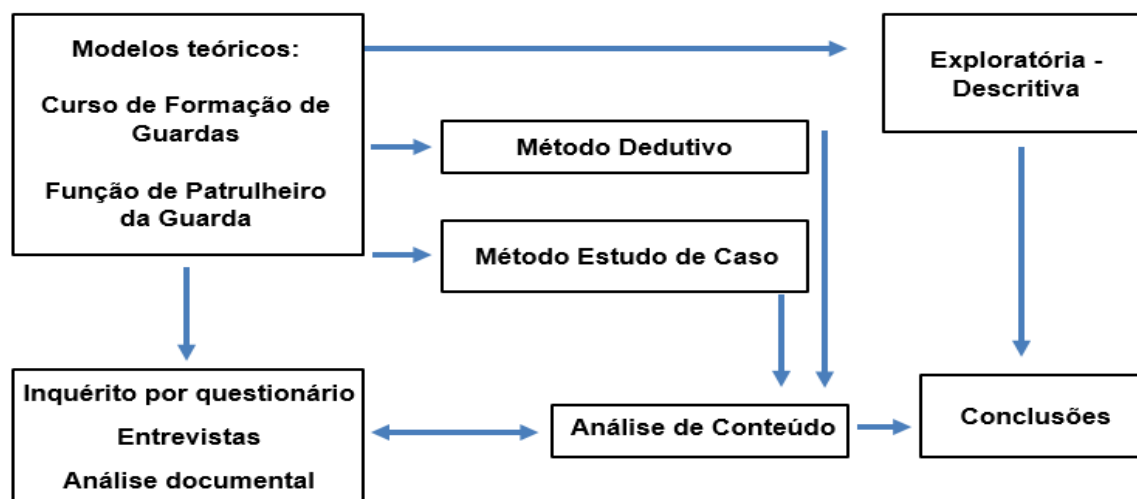
⁸ Ver apêndice A - Guião do inquérito por questionário

2012, p. 220). Foram realizadas entrevistas do tipo semiestruturado ou semidiretiva. Este tipo de entrevista envolve a implementação de uma série de perguntas predeterminadas ou tópicos teóricos. Estas perguntas são normalmente feitas a cada entrevistado numa ordem sistemática e consistente, mas o entrevistador é livre de divagar, ou seja, são permitidas questões que não estejam no guião, bem como alterar a sua ordem de acordo com a dinâmica da própria entrevista (Berg, 2001).

Os entrevistados neste caso foram Oficiais e Sargentos formadores do CFG 2014/2015. Tendo em conta as características deste tipo de entrevista, foi elaborado um guião⁹ com 7 perguntas, sendo que todas elas foram respondidas variando apenas a sua ordem consoante a forma como decorreu a entrevista. Foram realizadas 9 entrevistas no total. As primeiras sete tiveram lugar no Centro de Formação de Portalegre no dia 07 de abril de 2016, a outra aplicada no dia 20 de abril de 2016 no Comando Territorial de Portalegre e a última efetuada no dia 27 de abril de 2016 na Escola da Guarda em Queluz.

As entrevistas foram gravadas, com o consentimento dos entrevistados, na sua totalidade recorrendo à aplicação “*Voice Recorder*” de um *tablet Ipad Mini 2*. Aquando do tratamento, foram transcritas com a informação necessária para responder às questões.

2.1.5. Desenho de investigação



⁹ Ver apêndice B - Guião de entrevista aos formadores

2.2. Caracterização da amostra

A investigação, tal como já foi acima referido, incidiu em duas abordagens distintas no que diz respeito às técnicas de recolha de dados. Primeiro, através do inquérito por questionário, fez-se uma análise quantitativa e numa segunda fase fez-se então, através das entrevistas, uma análise qualitativa.

Aos Guardas Provisórios foi aplicado o inquérito por questionário, que, neste caso, não se tratou de uma amostra mas sim da população, que corresponde “à totalidade dos elementos constitutivos do conjunto considerado” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 159).

Assim sendo, foram inquiridos 395 Guardas Provisórios apresentando as seguintes características: cerca de 65% têm idade compreendida entre os 24 e 27 anos; aproximadamente 85% tem como nível de escolaridade o 12º ano; e 69% dos inquiridos já cumpriu serviço militar.

Aos Oficiais e Sargentos formadores foram aplicadas entrevistas. A amostra representativa da população de entrevistados, nesta investigação, foi de 9 elementos que desempenharam neste curso as mais variadas funções, como se pode constatar no Quadro n.º 1.

Quadro n.º 1 - Caracterização dos formadores entrevistados

Entrevistados (E)	Posto	Função
E1	Coronel	Diretor da Formação
E2	Major	Comandante do Batalhão Escolar
E3	Capitão	Comandante de Companhia de Instrução
E4	Capitão	Comandante de Companhia de Instrução
E5	Tenente	Adjunta do Chefe da Secção de Planeamento e Avaliação
E6	Alferes	Comandante de Pelotão de Instrução
E7	Sargento-chefe	Formador de Noções Gerais de Direito
E8	Sargento-ajudante	Instrutor de Tiro
E9	2º Sargento	Adjunto do Comandante de Pelotão de Instrução

CAPÍTULO 3 - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Concluído o enquadramento teórico e a componente metodológica, importa agora ao longo do presente capítulo, apresentar, analisar e discutir os resultados obtidos por intermédio do inquérito por questionário e das entrevistas. Segundo Fortin (1999, p. 330), esses resultados “provêm dos factos observados no decurso da colheita de dados”, sendo analisados e discutidos para “fornecer uma ligação lógica com o problema de investigação proposto”. Os dados são apresentados de acordo com sua análise estatística, incorporando no texto apenas os gráficos e as tabelas estritamente necessários à compreensão do desenrolar do raciocínio.

Deste modo, considera-se este capítulo como sendo o cerne da investigação, na medida em que todo este processo será fundamental para alcançar as respostas às questões derivadas e, consequentemente, à questão central do trabalho.

3.1. Análise do inquérito por questionário

O inquérito por questionário levado a cabo aos formandos do CFG 2014/2015 é constituído por 22 questões. Para a seleção e elaboração destas questões, foram utilizadas as matérias abordadas no Capítulo 1 – Enquadramento Teórico, que diz respeito às tarefas identificadas na função de patrulheiro da Guarda e também ao detalhe de formação da estrutura curricular do curso em causa.

O tratamento estatístico dos dados resultantes do questionário¹⁰ foi efetuado, através da plataforma informática de formação da GNR, pelo programa *QuestionMark* na Escola da Guarda.

São, nesta fase, analisados os resultados das questões “com interesse direto nos objetivos gerais, nos objetivos específicos, nas respostas às perguntas derivadas e à pergunta de partida da investigação” (Sarmento, 2013, p. 133).

¹⁰ Ver Apêndice C - Resultados estatísticos do inquérito por questionário

3.1.1. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 4

A questão n.º 4 do questionário tem o seguinte enunciado: “Interpretar as normas do Regime Geral das Infrações Tributárias”. Verifica-se que 255 inquiridos (65%) responderam que o curso os “preparou pouco” para lidarem com este tipo de situações no futuro, e que 49 dos inquiridos (12%) referem mesmo que o curso “não preparou”.

Constata-se que 80 inquiridos (20%) consideraram que o curso os “preparou” e ainda 4 inquiridos (1%) sentem que o curso os “preparou muito” para esta temática, como se pode constatar na Figura n.º 5.

No que diz respeito à estrutura curricular do CFG 2014/2015, podemos verificar, no Capítulo 1 – Enquadramento Teórico, que a disciplina de Direito Fiscal e Aduaneiro pertence ao módulo Jurídico e corresponde a 15 tempos letivos do curso.

No tocante às principais responsabilidades do patrulheiro da Guarda, pode-se constatar que as matérias de Fiscal e Aduaneiro não se constituem nem como nucleares nem como críticas no desempenho das suas funções. Tendo estes factos em consideração, são expectáveis os resultados apresentados sobre esta questão, e não se constituem como preocupantes relativamente à função de patrulheiro que o Guarda Provisório vai desempenhar após o término do curso.

	%	#
0 1. Não preparou	12,41%	49
1 2. Preparou pouco	64,56%	255
2 3. Preparou	20,25%	80
3 4. Preparou muito	1,01%	4
Not answered	1,77%	7
Total	100%	395

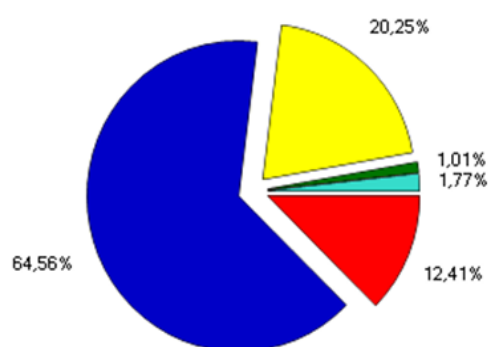


Figura n.º 5 – Análise quantitativa dos resultados da questão n.º 4

Fonte: programa QuestionMark

3.1.2. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 5

A questão n.º 5 do questionário tem o seguinte enunciado: “Interpretar o Código Penal e enquadrar os factos nos tipos legais de crime”. A esta questão, 272 inquiridos (69%) responderam que o curso os “preparou” e 32 dos inquiridos (8%) referiram mesmo que o curso “preparou muito” para, através dos factos apurados, saberem identificar os tipos legais de crimes no Código Penal.

Verifica-se ainda que 82 inquiridos (21%) consideraram que o curso os “preparou pouco” e apenas 2 dos inquiridos (0,5%) sentem que o curso “não preparou” os formandos, como se pode constatar na Figura n.º 6.

A disciplina de Direito Penal pertence ao módulo Jurídico e corresponde a 30 tempos letivos do curso e, relativamente à função de patrulheiro, esta temática reveste-se de extrema importância pois apresenta transversalidade ao longo de grande parte das tarefas que os militares desempenham na atividade territorial da GNR.

Assim sendo, os resultados desta questão são satisfatórios tendo em conta a importância desta matéria na função que os Guardas Provisórios vão desempenhar.

	%	#
0 1. Não preparou	0,51%	2
1 2. Preparou pouco	20,76%	82
2 3. Preparou	68,86%	272
3 4. Preparou muito	8,10%	32
Not answered	1,77%	7
Total	100%	395

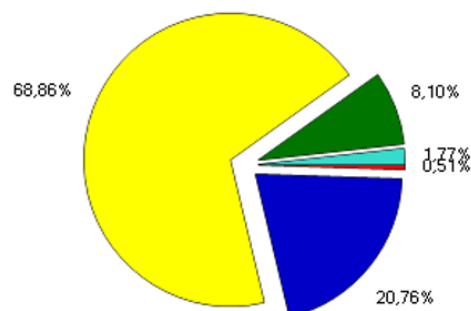


Figura n.º 6 - Análise quantitativa dos resultados da questão n.º 5

Fonte: programa QuestionMark

3.1.3. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 6

A questão n.º 6 do questionário tem o seguinte enunciado: “Identificar os principais factos que configurem infrações à Lei da Caça e da Pesca”. Constata-se que 260 inquiridos (66%) responderam que o curso os “preparou” e 39 inquiridos (10%) assumem que o curso “preparou muito” para as matérias da caça e da pesca.

A esta questão responderam ainda 87 inquiridos (21%) que consideram que o curso os “preparou pouco” e 6 dos inquiridos (1,5%) sentem que o curso “não preparou” os formandos, como se verifica na Figura n.º 7.

Os conteúdos formativos relacionados com a Lei da Caça e da Pesca encontram-se inseridos na disciplina da Legislação Policial, que pertence ao módulo Técnico-Profissional e equivale a 90 tempos letivos do curso.

Os militares patrulheiros da Guarda, no âmbito do serviço policial que realizam, são responsáveis por respeitar e fazer respeitar os preceitos legais previstos na legislação, inclusivamente no que diz respeito à Lei da Caça e da Pesca.

Mesmo não se tratando de matérias basilares da função de patrulheiro, é importante que os Guardas Provisórios também se sintam preparados para abordar este tipo de situações, e, como tal, os resultados desta questão são igualmente satisfatórios.

	%	#
0 1. Não preparou	1,52%	6
1 2. Preparou pouco	22,03%	87
2 3. Preparou	65,82%	260
3 4. Preparou muito	9,87%	39
Not answered	0,76%	3
Total	100%	395

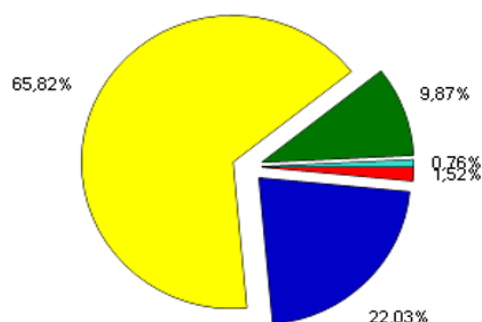


Figura n.º 7 - Análise quantitativa dos resultados da questão n.º 6

Fonte: programa QuestionMark

3.1.4. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 8

A questão n.º 8 do questionário tem o seguinte enunciado: “Identificar quais as atividades sujeitas a licenciamento municipal”. A esta questão, 258 inquiridos (65%) responderam que o curso os “preparou” e 37 inquiridos (9%) afirmaram mesmo que o curso os “preparou muito” para identificar este tipo de atividades.

Verifica-se ainda que 96 inquiridos (24%) consideraram que o curso os “preparou pouco” e 2 dos inquiridos (1%) sentiram que o curso “não preparou”, como está apresentado na Figura n.º 8.

As atividades sujeitas a licenciamento municipal, à semelhança da questão anterior, são uma matéria que se insere na disciplina de Legislação Policial pertencente ao módulo Técnico-Profissional, que comporta 90 tempos letivos.

O guarda, na função de patrulheiro, depois de enquadrado no respetivo Posto Territorial do Município, tem como responsabilidade, decorrente do serviço policial, fiscalizar todo o tipo de atividades. Para tal, é essencial que o guarda saiba identificar corretamente quais destas estão ou não sujeitas a licenciamento municipal.

Os resultados da questão são satisfatórios uma vez que é importante que o Guarda Provisórios se sinta preparado para o cumprimento destas mesmas tarefas.

	%	#
0 1. Não preparou	0,51%	2
1 2. Preparou pouco	24,30%	96
2 3. Preparou	65,32%	258
3 4. Preparou muito	9,37%	37
Not answered	0,51%	2
Total	100%	395

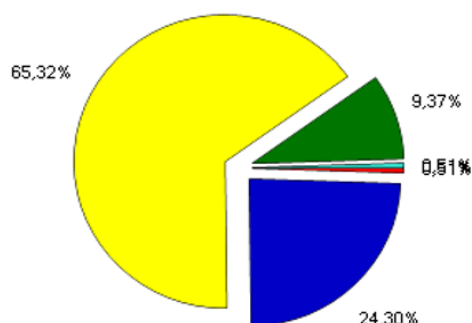


Figura n.º 8 - Análise quantitativa dos resultados da questão n.º 8

Fonte: programa QuestionMark

3.1.5. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 9

A questão n.º 9 do questionário tem o seguinte enunciado: “Efetuar uma operação de fiscalização de trânsito”. Para esta questão, 201 inquiridos (51%) responderam que o curso os “preparou muito” e 172 (44%) consideraram que o curso “preparou”.

Apenas 12 inquiridos (3%) responderam que o curso os “preparou pouco” para efetuar uma operação de fiscalização de trânsito, sendo de realçar que nenhum dos inquiridos respondeu que o curso “não preparou”, como nos apresenta a Figura n.º 9.

Esta temática é abordada na disciplina de Legislação e Segurança Rodoviária pertencente ao módulo Técnico- Profissional, correspondendo a 60 tempos letivos do curso. Uma operação de fiscalização rodoviária pressupõe que os militares saibam identificar os factos que configuram infrações previstas no Código da Estrada e aos respetivos regulamentos.

A GNR assume competência, relativamente à componente de trânsito, a nível nacional. Torna-se então essencial que o guarda patrulheiro, no desempenho das suas funções, embora não sendo especializado na valência do trânsito, se sinta bem preparado para dar resposta este tipo de situações. Os resultados desta questão falam por si, apresentando mais de 94% das respostas no patamar positivo, ou seja, “preparou” e “preparou muito”.

	%	#
0 1. Não preparou	0,00%	0
1 2. Preparou pouco	4,81%	19
2 3. Preparou	43,54%	172
3 4. Preparou muito	50,89%	201
Not answered	0,76%	3
Total	100%	395

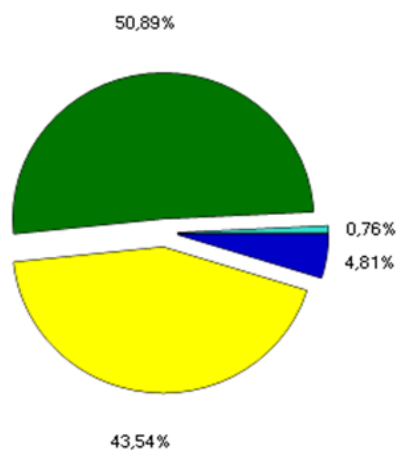


Figura n.º 9 - Análise quantitativa dos resultados da questão n.º 9

Fonte: programa QuestionMark

3.1.6. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 14

A questão n.º 14 do questionário tem o seguinte enunciado: “Manusear, desmontar, montar e fazer a manutenção de 1.º escalão da pistola Glock 19 calibre 9mm”. Verifica-se que 185 inquiridos (47%) afirmaram que o curso os “preparou muito” e 176 (45%) responderam que o curso os “preparou”. 33 (8%) dos inquiridos sentiram que o curso os “preparou pouco” e apenas 1 inquirido referiu que o curso “não preparou” para a utilização correta da arma de serviço do militar da Guarda, como se verifica na Figura n.º 10.

Na estrutura curricular deste curso, a disciplina de Armamento e Tiro pertence ao módulo Técnico-Profissional e corresponde a 60 tempos letivos do curso.

A utilização da arma de fogo, neste caso da pistola Glock 19 calibre 9mm, é transversal a todos os militares da Instituição, seja o militar de que valência for. É imprescindível que o guarda na função de patrulheiro saiba e se sinta preparado e confiante para manusear a sua arma de serviço. É através desta aposta na formação do Guarda Provisório na disciplina de Armamento e Tiro que se pode prevenir a ocorrência de acidentes quer por défice de formação quer por utilização incorreta do armamento.

Os resultados desta questão demonstram, de forma muito positiva, a aposta da GNR na capacitação dos seus militares no que diz respeito a armamento e tiro.

	%	#
0 1. Não preparou	0,25%	1
1 2. Preparou pouco	8,35%	33
2 3. Preparou	44,56%	176
3 4. Preparou muito	46,84%	185
Not answered	0,00%	0
Total	100%	395

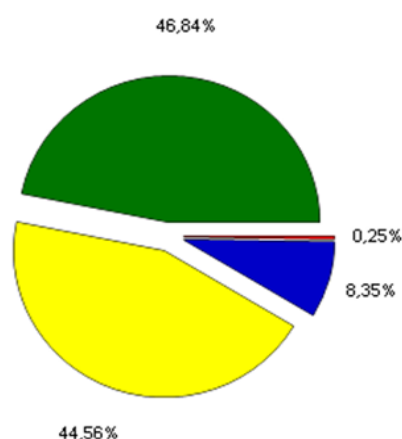


Figura n.º 10 - Análise quantitativa dos resultados da questão n.º 14

Fonte: programa QuestionMark

3.1.7. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 15

A questão n.º 15 do questionário tem o seguinte enunciado: “Efetuar uma operação de fiscalização a um estabelecimento”. A esta questão 203 inquiridos (51%) responderam que o curso os “preparou pouco” e 14 inquiridos (4%) consideraram mesmo que “não preparou”. Por outro lado, 163 inquiridos (41%) referem que “preparou”, bem como 14 (4%) afirmaram que “preparou muito”, como se pode constatar na Figura n.º 11.

A fiscalização de estabelecimento é uma matéria que está inserida no âmbito da disciplina de Legislação Policial, que pertence ao módulo Técnico-Profissional, correspondendo a 90 tempos letivos do curso.

No decorrer do serviço policial do guarda patrulheiro é comum participar em operações de fiscalização a estabelecimentos, quer sejam operações da competência exclusiva da GNR, quer seja em apoio e colaboração com outras entidades, como é o caso da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica. Tendo em conta a importância deste tipo de operações nas responsabilidades do guarda patrulheiro, considera-se que os resultados desta questão são preocupantes, devendo ser dada mais ênfase à prática destas operações durante o CFG.

	%	#
0 1. Não preparou	3,54%	14
1 2. Preparou pouco	51,39%	203
2 3. Preparou	41,27%	163
3 4. Preparou muito	3,54%	14
Not answered	0,25%	1
Total	100%	395

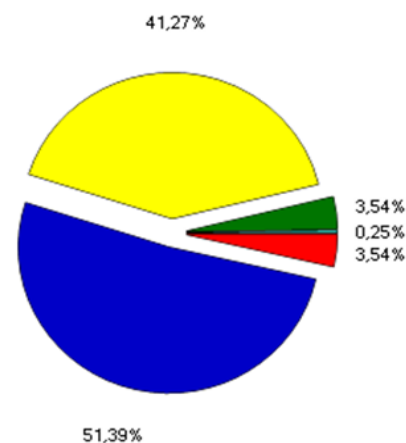


Figura n.º 11 - Análise quantitativa dos resultados da questão n.º 15

Fonte: programa QuestionMark

3.1.8. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 17

A questão n.º 17 do questionário tem o seguinte enunciado: “Realizar o expediente da ação policial (autos de contraordenações, acidentes)”. Nesta questão, 212 inquiridos (54%) responderam que o curso “preparou pouco” e 92 (23%) responderam que “não preparou”. Apenas 82 (21%) afirmaram que “preparou” e 8 (2%) ainda consideraram que “preparou muito”, como é apresentado na Figura n.º 12.

Na estrutura curricular do curso está presente uma disciplina de Interpretação e Redação que pertence ao módulo Sócio-Comportamental e que corresponde a 20 tempos letivos. Após a análise ao detalhe de formação da referida disciplina, consegue-se perceber que, desses 20 tempos letivos atribuídos, apenas cerca de 10 é que são efetivamente dedicados à elaboração e preenchimento de expediente.

Na análise das responsabilidades da função de patrulheiro, no Capítulo 1 – Enquadramento Teórico, constata-se que uma das funções nucleares é de facto o preenchimento do expediente, quer este seja de ação policial quer seja administrativo.

Os resultados da questão são negativos e preocupantes pois trata-se de uma tarefa que os militares da Guarda, após terminarem o CFG, vão realizar com frequência e que está revestida de grande importância para o cumprimento da missão da GNR.

	%	#
0 1. Não preparou	23,29%	92
1 2. Preparou pouco	53,67%	212
2 3. Preparou	20,76%	82
3 4. Preparou muito	2,03%	8
Not answered	0,25%	1
Total	100%	395

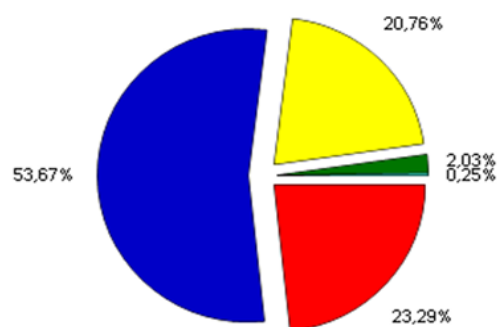


Figura n.º 12 - Análise quantitativa dos resultados da questão n.º 17

Fonte: programa QuestionMark

3.1.9. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 19

A questão n.º 19 do questionário tem o seguinte enunciado: “Desempenhar a função de atendimento ao público”. Constata-se que 182 dos inquiridos (46%) responderam que o curso os “preparou pouco” e 118 (30%) afirmaram mesmo que o curso “não preparou” para o desempenho da função de atendimento ao público. 85 dos inquiridos (21%) referiram ainda que o curso “preparou” e 10 dos inquiridos (3%) consideraram que “preparou muito”, como está presente na Figura n.º 13

No decorrer do CFG é ministrada ao Guardas Provisórios uma disciplina de Comunicação e Atendimento que se insere no módulo Sócio-Comportamental e corresponde a 20 tempos letivos do curso. Tendo por base o detalhe de formação da disciplina, verifica-se que os tempos letivos dedicados em concreto à função de atendimento ao público são cerca de 5.

Analisando de novo as funções do patrulheiro, chega-se à conclusão que, tal como a elaboração de expediente, a função de atendimento ao público é uma tarefa nuclear que, quando bem executada, contribui para a qualidade dos serviços prestados pela GNR.

Os resultados desta questão são preocupantes, pois os militares revelaram na sua grande maioria que não se sentem preparados para desempenhar a função de atendimento ao público, sendo esta um dos pilares da imagem organizacional da Guarda.

	%	#
0 1. Não preparou	29,87%	118
1 2. Preparou pouco	46,08%	182
2 3. Preparou	21,52%	85
3 4. Preparou muito	2,53%	10
Not answered	0,00%	0
Total	100%	395

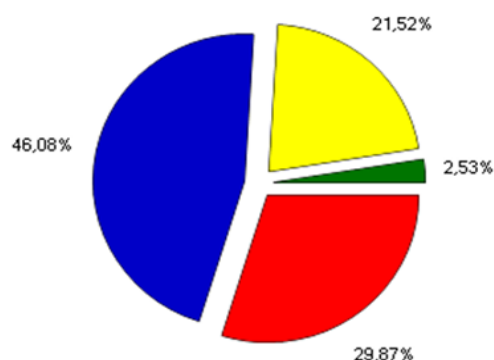


Figura n.º 13 - Análise quantitativa dos resultados da questão n.º 19

Fonte: programa QuestionMark

3.2. Análise das entrevistas

No presente subcapítulo faz-se a apresentação, análise e discussão de resultados das entrevistas. De acordo com a análise qualitativa¹¹ feita a cada questão das entrevistas, onde foram analisadas por ideias-chave as respostas dos entrevistados a cada questão, procedeu-se à conversão quantitativa das entrevistas através do número de segmentos¹² mencionados, ou seja, da quantidade de vezes que uma determinada resposta é referida pelos entrevistados. A análise das respostas dadas a cada uma das sete questões que compõem o guião da entrevista será efetivada com recurso a quadros de análise. As sete questões serão divididas em sete quadros de análise, apresentadas de forma quantificada e clara, para facilitar a análise e não existir excesso de informação, filtrando assim o que é mais conveniente e relevante para a realização do trabalho. Esta análise consiste em calcular a frequência (n) e a percentagem (%) relativamente a cada segmento obtido.

3.2.1. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 1

O Quadro n.º 2 apresenta a resposta à questão n.º 1: “Qual ou quais as áreas de formação onde os formandos apresentam mais debilidades?”

Cerca de 56% dos entrevistados referiram que a elaboração de expediente é uma das áreas onde os Guardas Provisórios apresentam mais debilidades, bem como as áreas de Direito Penal e Direito Processual Penal pertencentes ao módulo Jurídico.

Aproximadamente 22% dos entrevistados afirmaram que os formandos apresentam debilidades nas áreas de Direito Fiscal e Aduaneiro, atendimento ao público e ainda no módulo Técnico-Profissional, no que diz respeito à transposição dos conhecimentos teóricos para a prática.

O E4 considera ainda que os formandos se encontram mais limitados em termos de conhecimentos de Língua Inglesa e o E1 apresenta, como umas das grandes debilidades e lacunas, a formação no âmbito dos sistemas de apoio à atividade operacional.

Podemos verificar, através da comparação com o questionário, que as áreas de formação, onde os formadores afirmaram que os formandos apresentam mais debilidades, são coincidentes com aquelas onde os Guardas Provisórios se sentem menos preparados.

¹¹ Ver apêndice D - Análise qualitativa das entrevistas

¹² Ver apêndice E - Codificação alfanumérica dos segmentos das entrevistas

Na análise à questão n.º 17 do inquérito por questionário, em 3.1.8., cerca de 77% dos inquiridos responderam que o curso “não preparou” ou os “preparou pouco” para a elaboração de expediente, tal como 56% dos entrevistados reconheceram essa mesma lacuna.

As áreas de Direito Fiscal e Aduaneiro, atendimento ao público e a transposição dos conhecimentos teóricos para a prática no módulo Técnico-Profissional também são referenciadas pelos formandos na análise das questões n.º 4, n.º 19 e n.º 15, respetivamente.

Quadro n.º 2 - Análise quantitativa dos segmentos das respostas à questão n.º 1

Segmentos	Entrevistados									Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9		
Questão n.º 1											
Q1.1	X			X	X	X			X	5	56%
Q1.2	X									1	11%
Q1.3		X		X		X	X	X		5	56%
Q1.4		X								1	11%
Q1.5		X	X							2	22%
Q1.6				X						1	11%
Q1.7				X	X					2	22%
Q1.8							X		X	2	22%

3.2.2. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 2

No Quadro n.º 3 é apresentada a resposta à questão n.º 2: “Onde considera que deveria ser investido mais tempo na formação dos Guardas Provisórios, tendo em conta as funções que vão desempenhar como patrulheiro?”

Nesta questão obteve-se um leque variado de respostas, uma vez que existem segmentos que foram mencionados várias vezes. A elaboração de expediente volta, nesta questão, a ser referido por 44% dos entrevistados que consideram que deve ser feita uma maior aposta, em termos de tempos letivos, nesta temática. Da mesma forma, à semelhança da questão anterior, 44% dos entrevistados considerara que também deverá ser investido mais tempos nas áreas de Direito Penal e Direito Processual Penal. A disciplina de Legislação Policial, que corresponde a 90 tempos letivos do curso, volta a ser referida nesta questão por 33% dos entrevistados. Importa referir que relativamente a esta disciplina não se trata apenas de ser investido mais tempo, mas sim ter mais tempo para pôr em prática os

conhecimentos teóricos, como refere o E1 na sua resposta: “É importante na disciplina de Legislação Policial reservar cada vez mais tempos letivos para a prática de elaboração dos mais variados autos, quer estes sejam de notícia quer sejam por contraordenação.”

Cerca de 22% dos entrevistados consideraram que deveria ser investido mais tempo na formação relativa à função de atendimento ao público, já que, como refere o E5, “é algo que vão realizar diariamente e neste momento apresentam muitas dificuldades.”

Também 22% dos entrevistados foram da opinião que deveria ser feita uma aposta nos módulos interdisciplinares, que consistem numa combinação entre a componente teórica e prática das diferentes disciplinas.

O E1 responde ainda que seria importante fazer um investimento na disciplina de Comunicações e Sistemas de Informação, onde é ministrada a formação acerca dos sistemas de apoio à atividade operacional e que corresponde a 30 tempos letivos do curso. O entrevistado considera que, “dentro de alguns anos, nenhum Guarda vai tomar conta das ocorrências de papel e caneta, sendo que a desmaterialização dos procedimentos a isso conduz.”

O E3 considerou que o investimento temporal deveria incidir nas áreas da Técnica individual de Combate e Tática das Forças de Segurança, “pois, independentemente de qual seja a matéria a abordar, a Tática está sempre subjacente.”

Quadro n.º 3 - Análise quantitativa dos segmentos das respostas à questão n.º 2

Segmentos	Entrevistados									Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9		
Questão n.º 2											
Q2.1	X				X		X		X	4	44%
Q2.2	X	X		X				X		4	44%
Q2.3	X			X				X		3	33%
Q2.4					X		X			2	22%
Q2.5		X				X				2	22%
Q2.6	X									1	11%
Q2.7			X							1	11%
Q2.8			X							1	11%

3.2.3. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 3

O Quadro n.º 4 apresenta a resposta à questão n.º 3: “Quais das metodologias que tem vindo a ser adotadas se mostram mais eficazes? Como poderiam ser melhoradas?”

Cerca de 78% dos entrevistados consideraram que a disciplina, do módulo Técnico-Profissional, Módulos Interdisciplinares é a que tem contribuído mais para uma metodologia de formação eficaz. Esta disciplina corresponde a 60 tempos letivos do curso e tem como objetivo reforçar as capacidades dos formandos através da aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em várias disciplinas. Na disciplina estão apenas inter-relacionadas algumas das disciplinas das Áreas de Instrução, como Direito Penal e Processual Penal, Legislação Policial, Legislação Fiscal e Aduaneira, Legislação e Segurança Rodoviária, Tática das Forças de Segurança e Investigação Criminal. A formação destes módulos é ministrada através de um método ativo, que compreende aulas e provas práticas no exterior da sala de aula.

Também decorrente dos Módulos Interdisciplinares, 22% dos entrevistados consideraram que a metodologia poderia ser melhorada se fossem incluídas mais disciplinas, como refere o E6: “as disciplinas de Comunicação e Atendimento e Interpretação e Redação deveriam ser incluídas nestes mesmos módulos, para desta forma, após a resolução das ocorrências, saberem também fazer o preenchimento do expediente corretamente e fazer também de forma correta a abordagem ao cidadão.”

O E1 afirmou que, com a crescente utilização dos sistemas de apoio à atividade operacional, “constatámos também que a formação no âmbito destes mesmos sistemas configura uma grande lacuna, não pela falta de formação mas sim porque a componente prática nunca é suficiente durante o tempo escolar”. Assim sendo, o entrevistado foi da opinião que as metodologias de ensino podem ser melhoradas através de um reforço no ensino das plataformas de apoio à atividade operacional.

O E7 considerou que as metodologias adotadas se têm mostrado eficazes mas existem certas lacunas que “seriam colmatadas se tivéssemos, por exemplo, salas de situação ou salas de crimes onde se pudessem simular as mais variadas situações práticas.”

Por último, o E9 respondeu que a abrangência da disciplina de “Tática das Forças de Segurança”, à qual estão dedicados 40 tempos letivos do curso, é muito positiva em termos

de metodologia de ensino, “pois permite ter um conhecimento mais abrangendo sobre todas as matérias.”

Quadro n.º 4 - Análise quantitativa dos segmentos das respostas à questão n.º 3

Segmentos	Entrevistados									Frequência (n)	Porcentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9		
Questão n.º 3											
Q3.1	X	X	X	X	X	X		X		7	78%
Q3.2					X	X				2	22%
Q3.3		X								1	11%
Q3.4	X									1	11%
Q3.5									X	1	11%
Q3.6							X			1	11%

3.2.4. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 4

O Quadro n.º 4 responde à questão n.º 4: “Em termos de componente prática, considera que o curso está bem estruturado ou poderiam ser feitas alterações?”

Em resposta à questão, 67% dos entrevistados foram da opinião de que o curso se encontra bem estruturado e 33% consideraram também que existe um equilíbrio entre a componente prática e componente teórica do mesmo.

Por outro lado, 33% dos entrevistados declararam que, no seu ponto de vista, o curso não está bem estruturado.

Segundo o E5, deveriam ser reestruturados os tempos letivos entre as disciplinas, “como o caso de Direito Rodoviário, penso que deveria ser dada mais ênfase à Legislação Policial.”

O E4 considerou que deveria existir mais formação prática e mais vocacionada para as funções de patrulheiro que os formandos vão desempenhar, dizendo ainda que seria pertinente “injetar ao máximo situações práticas que sucedem nos Postos, fazendo assim com que mais de metade do curso fosse de componente prática.”

Para o E3, o CFG deveria ter estabilidade e não depender das necessidades operacionais da Instituição, referindo até que o “curso não é agendado para beneficiar a formação mas para que durante o período de veraneio seja possível lançar os Guardas Provisórios na Formação em Exercício.”

O E1 afirmou ainda que o sistema de rotatividade dos formadores é ineficaz, não permitindo que façam as necessárias adaptações, dificultando assim as melhorias à estrutura da componente prática que daí poderiam advir.

Quadro n.º 5 - Análise quantitativa dos segmentos das respostas à questão n.º 4

Segmentos	Entrevistados									Frequência (n)	Porcentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9		
Questão n.º 4											
Q4.1		X			X	X	X	X	X	6	67%
Q4.2		X				X			X	3	33%
Q4.3					X					1	11%
Q4.4	X		X	X						3	33%
Q4.5				X						1	11%
Q4.6			X							1	11%
Q4.7	X									1	11%

3.2.5. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 5

O Quadro n.º 6 apresenta a resposta à questão n.º 5: “Considera que o período do CFG é suficiente? Se não, na sua opinião, qual deveria ser?”

Dando resposta a esta questão, 67% dos entrevistados afirmaram que o período no qual o curso decorre não é suficiente.

De acordo com o E2, “é importante referir que este curso está projetado para 1200 horas. Contudo, devido a restrições aos mais variados níveis, os cursos têm sido reduzidos para 900 horas de formação”. Posto isto, 33% dos entrevistados consideraram que o período suficiente do curso seria de 1200 tempos letivos, tal como está definido. Para tal acontecer é necessário que este período fosse cumprido porque, segundo o E1, “embora o curso esteja desenhado para 1200 horas, nunca assim foi realizado sendo adaptado para as atuais 900 horas com as mesmas disciplinas.” Constata-se ainda que de acordo com 22% dos entrevistados, o período dos 1200 tempos letivos só seria cumprido se fosse definida uma data fixa para o início do curso.

Para 67% dos entrevistados, a estrutura curricular do curso deveria ser redesenhada, para permitir que esta contenha mais tempo dedicado à componente prática.

Por outro lado, 33% dos entrevistados responderam que o período do curso é suficiente, mas partilham da opinião de que, sem aumentar o seu número de tempos letivos, era essencial que se aumentasse o tempo dedicado à componente prática, pois é através da

dela que os Guardas Provisórios se tornam profícuos no desempenho das tarefas inerentes à função de patrulheiro.

Quadro n.º 6 - Análise quantitativa dos segmentos das respostas à questão n.º 5

Segmentos	Entrevistados									Frequência (n)	Porcentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9		
Questão n.º 5											
Q5.1	X	X		X	X	X	X			6	67%
Q5.2	X	X			X					3	33%
Q5.3			X					X	X	3	33%
Q5.4			X	X		X	X	X	X	6	67%
Q5.5	X	X								2	22%

3.2.6. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 6

No Quadro n.º 7 é apresentada a resposta à questão n.º 6: “Na sua ótica quais as disciplinas que poderiam ser acrescentadas no referencial de curso e quais as que poderiam ser excluídas?”

Cerca de 78% dos entrevistados responderam que não acrescentariam nenhuma disciplina ao referencial de curso e 67% referiram que não excluiriam, de igual forma, nenhuma disciplina.

Como se pode verificar, a grande maioria dos entrevistados não faria qualquer tipo de alteração ao referencial de curso no que diz respeito às suas disciplinas. Porém, cerca de 67% dos formadores consideraram que deveria ser feita uma reestruturação à carga horária das disciplinas. O E2 refere que “deveria ser feito um melhor equilíbrio, em termos de carga horária, entre as disciplinas e aumentar a componente prática”. Já para o E3 deveriam ser “enfraquecidas, em tempos letivos, todas aquelas disciplinas para as quais existem cursos de especialização”, como é o caso de Legislação e Segurança Rodoviária. Segundo o E5 e o E6, as disciplinas de Comunicação e Atendimento e Interpretação e Redação deveriam sofrer alterações aos seus detalhes de formação, para estarem melhor enquadradas com as funções de atendimento ao público e elaboração de expediente, respetivamente.

22% dos entrevistados responderam que seria benéfico excluir a disciplina de Luta e Defesa Pessoal, cujo detalhe de formação corresponde a 20 tempos letivos do curso.

Para o E9, esta opção deve-se ao facto do Centro de Formação de Portalegre não ter condições para ministrar a disciplina e o E4 defende que, ao invés de Luta e Defesa Pessoal, os Guardas Provisórios deveriam ficar habilitados com o Curso de Intervenção Rápida.

Por último, pode-se constatar que 22% dos entrevistados responderam ainda que deveria ser criada uma equipa ou um órgão multidisciplinar na Guarda com o único propósito de estudar a viabilidade e atualidade das disciplinas que compõem o referencial do CFG. Segundo o E1, seria uma equipa com “experiência nas áreas de processo penal, do trânsito, das disciplinas comportamentais, da legislação policial, etc., por forma a ser possível verificar quais são na verdade as disciplinas mais importantes, sacrificando assim outras que sejam menos importantes.”

O E4 refere ainda que “a maior lacuna do curso é o facto dos detalhes de formação das unidades curriculares estarem completamente desatualizados”. À semelhança do objetivo deste trabalho de investigação, o E4 defende que deveria “existir um órgão que definisse as competências e as exigências da função de patrulheiro e depois sim elaborar os detalhes de formação com vista às necessidades de formação.”

Constata-se, tendo por base a opinião dos formadores e a análise dos referenciais de curso, que tal não acontece pois os detalhes de formação passam de ano para ano sem qualquer alteração.

Quadro n.º 7 - Análise quantitativa dos segmentos das respostas à questão n.º 6

Segmentos	Entrevistados									Frequência (n)	Porcentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9		
Questão n.º 6											
Q6.1		X	X		X	X	X	X	X	7	78%
Q6.2		X	X		X	X	X	X		6	67%
Q6.3		X	X		X	X	X		X	6	67%
Q6.4				X						1	11%
Q6.5				X						1	11%
Q6.6				X					X	2	22%
Q6.7	X			X						2	22%

3.2.7. Apresentação, análise e discussão de resultados da questão n.º 7

O Quadro n.º 8 responde à questão n.º 7: “Considera uma desvantagem, em termos formativos, o facto dos formadores serem maioritariamente Oficiais subalternos e Sargentos com pouco experiência na componente territorial?”

Para ser possível fazer a análise desta questão importa referir que se entende por oficiais subalternos e sargentos com pouca experiência na componente territorial os Alferes após terminarem o curso na Academia Militar, ou seja, no seu primeiro ano de serviço efetivo, e os Segundos-sargentos após o término do Curso de Formação de Sargentos.

Em resposta à questão, verifica-se que 89% dos entrevistados consideraram que este facto se configura como uma desvantagem em termos formativos.

Na perspetiva de alguns dos entrevistados (56%), a falta de experiência limita bastante a transmissão de conhecimentos, sobretudo no que diz respeito às disciplinas de cariz mais prático. Para o E5, “o conhecimento que trazemos da Academia de muito pouco nos serve quando os Guardas Provisórios nos questionam acerca de exemplos práticos pois ainda não os tivemos.” Tal como considera o E7, dando o exemplo dele próprio, “em 1995, quando vim dar instrução, não me sentia minimamente preparado para tal”, acrescentando ainda que “dar instrução, sem conseguir associar a teoria à prática através de exemplos, perde-se em termos formativos e os formandos muitas vezes não conseguem apreender os conhecimentos.”

Reforçando o ponto de vista, o E1 referiu ainda que “a grande desvantagem é não ter vivenciado na prática, ou seja, não ter a experiência necessária para explicar grande parte das situações que são ministras.”

Por outro lado, cerca de 44% dos formadores entrevistados não consideraram a falta de experiência como uma desvantagem.

A falta de experiência é considerada por 44% dos entrevistados como uma vantagem, visto que assim os formadores ficam cingidos ao cumprimento do detalhe de formação das disciplinas. O E3 explicou que “aquilo que se perde em experiência ganha-se no cumprimento estreito do detalhe de formação.”

O E2 considerou que neste tipo de formação base é necessário “passar a mensagem de disciplina e rigor. Para tal função, os Oficiais subalternos e Sargentos, embora com pouca experiência de componente territorial, são as pessoas indicadas.”

No entendimento de 33% dos entrevistados, uma das grandes desvantagens em termos formativos é o facto de não existir um sistema estabelecido de rotatividade de formadores. Tal como refere o E3,” uma das principais lacunas do CFG, no que diz respeito aos formadores, é a inexistência de um sistema de rotatividade previamente estabelecido, o que dá origem a alguma desmotivação por parte dos mesmos.”

O E1 partilhou da mesma opinião, acrescentando até que, “neste momento, este tipo de reestruturação a nível dos formadores é impossível; a Escola e o Centro de Formação de Portalegre não são atrativos no sentido de conseguir que este pessoal queira ir ministrar formação, pois implica que se percam subsídios, o que cria muitas dificuldades ao voluntariado destes mesmos elementos.”

O E9 acrescentou ainda que, em outras forças de segurança, existe um corpo de docente especializado para ministrar formação nos cursos, evitando assim mudanças contantes a nível dos formadores que trazem, como é óbvio, desvantagens. Desta forma os próprios formadores vão-se adaptando aos detalhes de formação e tornando-se assim cada vez mais especializados.

Quadro n.º 8 - Análise quantitativa dos segmentos das respostas à questão n.º 7

Segmentos	Entrevistados									Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9		
Questão n.º 7											
Q7.1	X		X	X	X	X	X		X	8	89%
Q7.2	X	X	X					X		4	44%
Q7.3	X			X	X	X	X			5	56%
Q7.4	X	X	X					X		4	44%
Q7.5	X		X						X	3	33%

CONCLUSÃO

Respostas às questões derivadas

No que concerne à QD1, **“Na perspectiva dos formandos qual o seu estado de preparação aquando da conclusão do curso?”**, e com base nas respostas obtidas no inquérito por questionário, constata-se que, de uma forma geral, os Guardas Provisórios se sentem bem preparados para fazer face à grande maioria das situações com que se vão deparar no exercício de funções como patrulheiro da Guarda.

Tendo em conta a análise feita no Capítulo 3, pode-se afirmar que existem temáticas para as quais o grau de preparação sentido pelos formandos se destaca, quer positiva quer negativamente.

As áreas de Direito Penal, Legislação e Segurança Rodoviária, Armamento e Tiro e a componente teórica de Legislação Policial são aquelas para as quais os formandos se sentem mais preparados. Este facto constitui-se como muito satisfatório tendo em conta a importância destas matérias para o desempenho das funções de patrulheiro, tal como foi explicado no Capítulo 1.

Porém, existem ainda áreas de formação onde os Guardas Provisórios se sentem menos preparados. A execução de operações do foro policial, a função de atendimento ao público e a elaboração de expediente são áreas para as quais os formandos admitem não estar preparados. Estas mesmas áreas constituem-se como atividades nucleares da função de patrulheiro, fazendo com que os resultados obtidos sejam bastante preocupantes e que mereçam especial atenção por parte da Instituição.

Em relação à QD2, **“Quais as carências formativas dos formandos (Guardas Provisórios) na perspectiva dos formadores?”**, verifica-se que a maioria dos Oficiais e Sargentos formadores, tendo em conta a análise das entrevistas, mais concretamente das respostas à questão n.º 1, considera como carências formativas a elaboração e preenchimento de expediente, bem como as áreas do Direito Penal e Direito Processual Penal.

São também apresentadas como debilidades, ainda que de forma menos representativa, as temáticas correspondentes ao Direito Fiscal e Aduaneiro, à função de

Atendimento ao público e a falta de prática das disciplinas pertencentes ao módulo Técnico-Profissional, como é o caso de Legislação Policial.

As dificuldades na Língua Inglesa e a prática nos sistemas de apoio à atividade operacional, ministrados na disciplina de Comunicações e Sistemas de Informação, são também áreas mencionadas pelos formadores como lacunas na formação dos Guardas Provisórios.

No que diz respeito à QD3, **“Quais as medidas aplicadas na formação que têm vindo a produzir bons resultados, segundo a opinião dos Oficiais e Sargentos formadores?”**, tendo como base as respostas dos entrevistados à questão n.º 3 do guião da entrevista, pode-se constatar que, quanto à metodologia utilizada, a disciplina destacada pelos formadores é a de Módulos Interdisciplinares, por ser exemplo de boa prática. Esta disciplina corresponde a 60 tempos letivos do curso e tem como objetivo reforçar as capacidades dos formandos através da aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em várias disciplinas.

O método ativo desta disciplina constitui-se como a grande vantagem em termos formativos, já que se caracteriza por ter uma matriz essencialmente prática. Este facto assume um peso preponderante no que diz respeito à consolidação de conhecimentos dos Guardas Provisórios, uma vez que interliga as várias disciplinas de forma prática e adaptada à realidade das exigências funcionais do patrulheiro.

Porém, parte dos entrevistados considera que podem e devem ser feitas alterações para melhorar esta mesma metodologia de ensino. Assim, seria pertinente incluir nesta mesma disciplina a aplicação dos conhecimentos ministrados nas disciplinas de Comunicação e Atendimento e Interpretação e Redação, para que, após a prática decorrente das outras matérias, os formandos poderem aprender a fazer o preenchimento do expediente corretamente e fazer também de forma correta a abordagem ao cidadão. Segundo os formadores, as melhorias a esta metodologia passam também pelo reforço no ensino das plataformas de apoio à atividade operacional e pela criação de salas de situação ou salas de crime onde se pudessem simular as mais variadas situações práticas.

Posto isto, o método utilizado na disciplina de Módulos Interdisciplinares é aquele que se tem revelado mais eficaz, não obstante, na perspetiva dos formadores, carecer de mais tempos letivos dedicados à prática.

Para dar resposta à QD4, **“Quais as possíveis soluções face às necessidades de formação dos Guardas Provisórios, segundo a opinião dos Oficiais e Sargentos**

formadores?”, foram tomadas em consideração as respostas às questões n.º 2, n.º 4, n.º 5, n.º 6 e n.º 7 do guião da entrevista. De acordo com os entrevistados, relativamente às disciplinas, deveria ser investido mais tempo em Direito Penal e Direito Processual Penal. O detalhe de formação da disciplina de Legislação Policial deveria ser reestruturado, no sentido de haver mais tempos letivos dedicados à prática dos conhecimentos teóricos. Desta forma, segundo os entrevistados, seria também pertinente aumentar os tempos letivos da disciplina Módulos Interdisciplinares.

Alguns dos entrevistados, consideraram ainda, que as disciplinas de Comunicação e Atendimento e Interpretação e Redação deveriam sofrer alterações nos seus detalhes de formação, para estarem melhor enquadradas com as funções de atendimento ao público e elaboração de expediente.

No que diz respeito à estrutura temporal do CFG, os entrevistados consideraram que esta deveria ser reestruturada de maneira a que exista mais formação prática e vocacionada para as funções de patrulheiro. Seria, então, vantajoso, em termos formativos, injetar o máximo de situações práticas que ocorrem no dia-a-dia dos Postos Territoriais.

Segundo os formadores, para tal acontecer, têm de ser cumpridos os 1200 tempos letivos que foram estabelecidos quando a estrutura curricular do curso foi desenhada.

Para os Oficiais e Sargentos formadores, existem ainda dois aspetos que devem ser refletidos pela GNR para atenuar as necessidades de formação dos Guardas Provisórios. O primeiro está relacionado com a criação de um órgão multidisciplinar, com experiência num vasto leque de matérias, com o objetivo de estudar o referencial de curso e os tempos letivos adstritos a cada disciplina, tendo por base as responsabilidades da função de patrulheiro da Guarda. O segundo, prende-se com a criação de um sistema de rotatividade dos formadores do Centro de Formação, que seja atrativo, para que, desta forma, se consiga beneficiar de formadores motivados, com a experiência necessária e adaptados ao curso em causa, melhorando assim a qualidade da formação na GNR.

Resposta à questão central e reflexões finais

Após a resposta às questões derivadas, torna-se agora possível responder à questão central desta investigação: **“De que forma a formação ministrada atualmente no Curso de Formação de Guardas se encontra alinhada com as exigências da atividade territorial da GNR?”**.

Tendo em conta os dados recolhidos, constata-se que existe a necessidade de direccionar a formação ministrada, de uma forma mais contundente, para as exigências da função de patrulheiro da Guarda. As tarefas nucleares de atendimento ao público e de elaboração de expediente são, com base na opinião dos formadores e formandos, uma fragilidade do curso. A carga horária das disciplinas que comportam estas áreas é insuficiente, bem como os seus detalhes de formação se encontram pouco enquadrados com as tarefas suprarreferidas. Torna-se assim necessário uma maior aposta nestas temáticas para que os militares, após o término do curso, se sintam totalmente capacitados para o cumprimento do seu dever, melhorando de forma significativa a qualidade dos serviços prestados pela Instituição.

No entender da investigação, seria vital a criação de um órgão responsável unicamente pela atualização dos detalhes de formação das disciplinas, tendo por base as responsabilidades inerente à função de patrulheiro. Este órgão deveria ser composto por militares formadores com conhecimentos nas mais variadas áreas, e em especial com vários anos de experiência na componente territorial da GNR. A criação de um sistema estável de rotatividade dos formadores seria pertinente, para desta forma se poder garantir a indispensável adaptabilidade e continuidade da formação ministrada. Constitui-se, também, como facto de extrema importância a fixação da data de início do CFG, assim como o cumprimento dos 1200 tempos letivos previstos para o mesmo.

Por outro lado, verifica-se que a GNR caminha a passos largos no que diz respeito à formação de Armamento e Tiro e também de Legislação e Segurança Rodoviária. Segundo formandos e formadores, o CFG prepara de forma irrepreensível os seus futuros militares nestas áreas.

Dificuldades e limitações do estudo

O período estabelecido para a realização deste Trabalho de Investigação Aplicada limitou o estudo em causa. A abrangência desta investigação exige um conhecimento mais aprofundado a jusante, principalmente no que diz respeito ao estudo de todos os detalhes de formação da estrutura curricular do Curso de Formação de Guardas.

Recomendações

Com o aprofundar do estudo, chega-se à conclusão que seria pertinente desenvolver investigações adjacentes a esta temática. Com base no inquérito por questionário aqui aplicado, seria interessante voltar a realizá-lo aos mesmos indivíduos, após um ano de serviço efetivo na Guarda, e, desta forma, levar a cabo uma comparação dos resultados de ambos para compreender de que forma o curso os preparou. Assim, seria possível saber, após um ano de experiência na componente territorial, qual o grau de preparação do CFG.

Recomenda-se, também, que a Instituição, com base nesta investigação, crie uma equipa multidisciplinar com reconhecida experiência para realizar um estudo aprofundado sobre os detalhes de formação das disciplinas, adequando cada vez mais o curso às exigências da função de patrulheiro.

REFERÊNCIAS

- Alves, A. C. (2008). *Em busca de uma SOCIOLOGIA DE POLÍCIA*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Alves, A. C. (2011). *Contributos para uma SOCIOLOGIA DE POLÍCIA*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Assembleia da República [AR]. (2005). Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de agosto: aprova a Constituição da República Portuguesa. *Diário da República, 1ª Série*, pp. 4642-4686.
- Assembleia da República [AR]. (2007). Lei n.º 63/2007 de 06 de novembro: Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República, 1ª Série*, pp. 8043-8051.
- Assembleia da República [AR]. (2008). Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto com última alteração pela Lei n.º 59/2015 de 24 de julho: aprova a Lei de Segurança Interna. *Diário da República, 1ª Série*, pp. 6135-6141.
- Berg, B. L. (2001). *Qualitative Research Methods for the Social Sciences*. Massachusetts: Pearson Education Company .
- Bittner, E. (1970). *The Functions of the Police in Modern Society*. Washington: U.S. Government Printing Office.
- Camara, P., Guerra, P., & Rodrigues, J. (2003). *Humanator: Recursos Humanos e Sucesso Empresarial* (5ª ed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Cunha, L. M. (2007). *Modelos Rasch e Escalas de Likert e Thurstone na medição de atitudes*. Mestrado em Probabilidades e Estatística, Universidade de Lisboa Faculdade de Ciências, Lisboa.
- Fortin, M.-F. (1999). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização*. (N. Salgueiro, Trad.) Loures: Lusociência - Edições Técnicas e Científicas.

- Freixo, M. J. (2012). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Guarda Nacional Republicana [GNR]. (2008a). *PDGNR 3-01 Glossário*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Guarda Nacional Republicana [GNR]. (2008b). *PDGNR 3-00 Bases Gerais da Formação da GNR*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Guarda Nacional Republicana [GNR]. (2010). Despacho n.º10393/2010 de 05 de maio: aprova o Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República, 2ª Série*, pp. 33856-33891.
- Guarda Nacional Republicana [GNR]. (2012). *Despacho N.º 05/12 Aprova o Regulamento do Curso de Formação de Guardas*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Guarda Nacional Republicana [GNR]. (2015). *Diretiva N.º11/2015 Formação em Exercício do Curso de Formação de Guardas 2015*. Lisboa: Comando de Doutrina e Formação.
- Guarda Nacional Republicana [GNR]. (2016). Sistema de forças nacionais. In *Portal da Guarda Nacional Republicana*. Acedido a 15 de abril de 2016 em <http://www.gnr.pt/missao.aspx>.
- Hegenberg, L. (1976). *Etapas da Investigação Científica*. São Paulo: Edusp.
- Marques, I., & Nogal, A. (2009). *Curso de Formação de Guardas: Relatório Final*. Lisboa: SDO Consultadoria.
- Ministério da Administração Interna [MAI]. (2009). Decreto Lei n.º297/2009 de 14 de outubro: aprova o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República, 1ª Série*, pp. 8479-8480.
- Oliveira, J. F. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento*. Coimbra: Edições Almedina.
- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative Research and Evaluation Methods* (3ª ed.). London: Sage Publications.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2ª ed.). Lisboa: Gradiva - Publicações.

- Rego, A., Cunha, M. P., Gomes, J. F., Cunha, R. C., Cardoso-Cabral, C., & Marques, C. A. (2015). *Manual de Gestão de Pessoas e do Capital Humano* (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Sarmiento, M. (2013). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutorado, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada* (3ª edição ed.). Lisboa, Lisboa: Universidade Lusíada.
- Waite, W. (1952). *Personnel administration*. New York: The Ronald Press.
- Whitehill, J., & Arthur, M. (1955). *Personnel relations*. New York: McGraw-Hill.
- Yoder, D. (1956). *Personal management and industrial relations* (2ª ed.). Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Guião do inquérito por questionário

O presente questionário tem como objetivo perceber de que forma o Curso de Formação de Guardas o/a preparou para as exigências da função que vai desempenhar como militar da Guarda Nacional Republicana. A escala é de 1 a 4, sendo que:

- 1 - Não preparou
- 2 - Preparou pouco
- 3 - Preparou
- 4 - Preparou muito

Para responder ao questionário, os inquiridos deve ter em atenção o que foi ministrado nos 3 blocos de formação: Formação Geral Militar, Formação Escolar e Formação em Exercício.

Idade que tem atualmente:

- 18 - 20
- 21 - 23
- 24 - 27

Escolaridade:

- 11º ano
- 12º ano
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Outro

Já tinha cumprido serviço militar antes de ingressar na GNR?

- Sim
- Não

Questão n.º 1

Compreender as noções gerais de Direito, os princípios dos Códigos Penal e Processual Penal.

- Não preparou
- Preparou pouco
- Preparou
- Preparou muito

Questão n.º 2

Caracterizar os diversos tipos de crimes e relacioná-los com a aquisição da notícia de crime.

- Não preparou
- Preparou pouco
- Preparou
- Preparou muito

Questão n.º 3

Identificar os factos que configurem crimes previstos pela lei.

- Não preparou
- Preparou pouco
- Preparou
- Preparou muito

Questão n.º 4

Interpretar as normas do Regime Geral das Infrações Tributárias.

- Não preparou
- Preparou pouco
- Preparou
- Preparou muito

Questão n.º 5

Interpretar o Código Penal e enquadrar os factos nos tipos legais de crime.

- Não preparou
- Preparou pouco
- Preparou
- Preparou muito

Questão n.º 6

Identificar os principais factos que configurem infrações à Lei da Caça e da Pesca.

- Não preparou
- Preparou pouco
- Preparou
- Preparou muito

Questão n.º 7

Identificar as infrações em que a lei confere competência à GNR no que diz respeito a incêndios.

- Não preparou
- Preparou pouco
- Preparou
- Preparou muito

Questão n.º 8

Identificar quais as atividades sujeitas a licenciamento municipal.

- Não preparou
- Preparou pouco
- Preparou
- Preparou muito

Questão n.º 9

Efetuar uma operação de fiscalização de trânsito.

- Não preparou
- Preparou pouco
- Preparou
- Preparou muito

Questão n.º 10

Identificar factos que configurem infrações previstas pelo Código da Estrada e respetivos regulamentos.

- Não preparou
- Preparou pouco
- Preparou
- Preparou muito

Questão n.º 11

Aplicar técnicas de preservação e conservação de vestígios e outros indícios de crime.

- Não preparou
- Preparou pouco
- Preparou
- Preparou muito

Questão n.º 12

Efetuar os procedimentos corretos numa busca.

- Não preparou
- Preparou pouco
- Preparou
- Preparou muito

Questão n.º 13

Interpretar corretamente ordens, determinações e diretivas (Guia de patrulha).

- Não preparou
- Preparou pouco
- Preparou
- Preparou muito

Questão n.º 14

Manusear, desmontar, montar e fazer a manutenção de 1º escalão da pistola Glock 19 calibre 9mm.

- Não preparou
- Preparou pouco
- Preparou
- Preparou muito

Questão n.º 15

Efetuar uma operação de fiscalização a um estabelecimento.

- Não preparou
- Preparou pouco
- Preparou
- Preparou muito

Questão n.º 16

Utilizar uma comunicação eficaz e adaptada a cada situação específica.

- Não preparou
- Preparou pouco
- Preparou
- Preparou muito

Questão n.º 17

Realizar o expediente da ação policial (autos de contra-ordenações, acidentes).

- Não preparou
- Preparou pouco
- Preparou
- Preparou muito

Questão n.º 18

Representar a Guarda Nacional Republicana publicamente tendo em consideração os valores institucionais.

- Não preparou
- Preparou pouco
- Preparou
- Preparou muito

Questão n.º 19

Desempenhar a função de atendimento ao público.

- Não preparou
- Preparou pouco
- Preparou
- Preparou muito

Questão n.º 20

Receber e transmitir mensagens com os equipamentos existentes na Guarda, tendo em atenção os procedimentos e expressões de serviço.

- Não preparou
- Preparou pouco
- Preparou
- Preparou muito

Questão n.º 21

Neutralizar um adversário utilizando técnicas de mãos livres.

- Não preparou
- Preparou pouco
- Preparou
- Preparou muito

Questão n.º 22

Proceder a uma algemagem recorrendo as técnicas ministradas.

- Não preparou
- Preparou pouco
- Preparou
- Preparou muito

APÊNDICE B - Guião de entrevista aos formadores

Esta entrevista decorre de uma investigação que está em curso para a elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada, com vista a obtenção do grau de mestre do Curso de Formação de Oficiais da Academia Militar.

Tem como objetivo analisar se os conhecimentos dos Guardas Provisórios no final do CFG vão se encontro às exigências das funções de patrulheiro, tendo em conta a perspetiva dos formandos e dos formadores.

1. Qual ou quais as áreas de formação onde os formandos apresentam mais debilidades?
2. Onde considera que deveria ser investido mais tempo na formação dos Guardas Provisórios, tendo em conta as funções que vão desempenhar como patrulheiro?
3. Quais das metodologias que tem vindo a ser adotadas se mostram mais eficazes? Como poderiam ser melhoradas?
4. Em termos de componente prática, considera que o curso está bem estruturado ou poderiam ser feitas alterações?
5. Considera que o período temporal do CFG é suficiente? Se não, na sua opinião, qual deveria ser?
6. Na sua ótica, quais as disciplinas que poderiam ser acrescentadas no referencial de curso e quais as que poderiam ser excluídas?
7. Considera uma desvantagem, em termos formativos, o facto dos formadores serem maioritariamente oficiais subalternos e sargentos com pouco experiência na componente territorial?

APÊNDICE C - Resultados estatísticos do inquérito por questionário

GRAU DE PREPARAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE GUARDAS 2014/2015

QUESTIONÁRIOS
INICIADOS

396

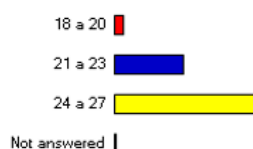
QUESTIONÁRIOS
CONCLUÍDOS

395

1

Idade que tem atualmente:

	%	#
18 a 20	4,05%	16
21 a 23	30,63%	121
24 a 27	64,81%	256
Not answered	0,51%	2
Total	100%	395



2

Escolaridade:

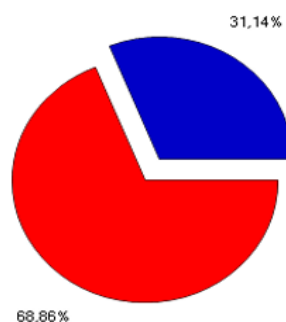
	%	#
11º Ano	3,04%	12
12º Ano	84,56%	334
Licenciatura	8,86%	35
Mestrado	2,78%	11
Doutoramento	0,00%	0
Outro	1,01%	4
Not answered	0,00%	0
Total	100%	396



3

Já tinha cumprido serviço militar antes de ingressar na GNR?

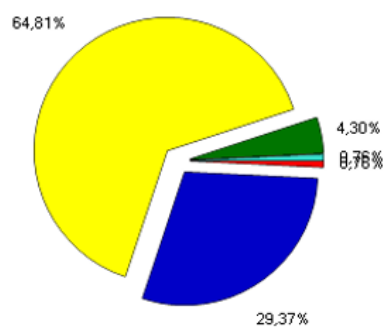
	%	#
0 Sim	68,86%	272
1 Não	31,14%	123
Not answered	0,00%	0
Total	100%	395



4

1. Compreender as noções gerais de Direito, os princípios dos Códigos Penal e Processual Penal.

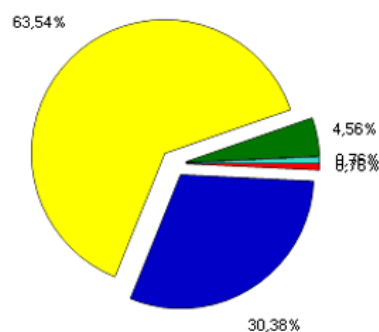
	%	#
0 1. Não preparou	0,76%	3
1 2. Preparou pouco	29,37%	116
2 3. Preparou	64,81%	256
3 4. Preparou muito	4,30%	17
Not answered	0,76%	3
Total	100%	395



5

2. Caracterizar os diversos tipos de crimes e relacioná-los com a aquisição da notícia de crime.

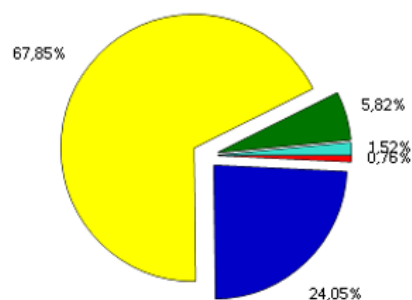
	%	#
0 1. Não preparou	0,76%	3
1 2. Preparou pouco	30,38%	120
2 3. Preparou	63,54%	251
3 4. Preparou muito	4,56%	18
Not answered	0,76%	3
Total	100%	395



6

3. Identificar os factos que configurem crimes previstos pela lei.

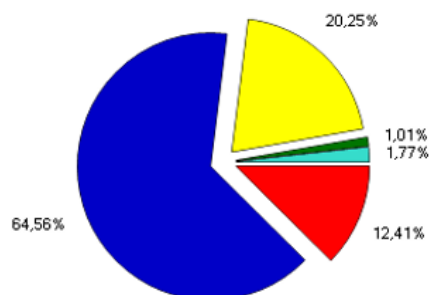
	%	#
0 1. Não preparou	0,76%	3
1 2. Preparou pouco	24,05%	95
2 3. Preparou	67,85%	268
3 4. Preparou muito	5,82%	23
Not answered	1,52%	6
Total	100%	395



7

4. Interpretar as normas do Regime Geral das Infrações Tributárias.

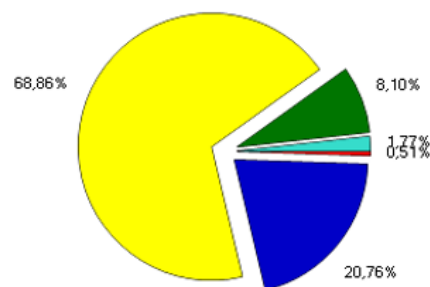
	%	#
0 1. Não preparou	12,41%	49
1 2. Preparou pouco	64,56%	255
2 3. Preparou	20,25%	80
3 4. Preparou muito	1,01%	4
Not answered	1,77%	7
Total	100%	395



8

5. Interpretar o Código Penal e enquadrar os factos nos tipos legais de crime.

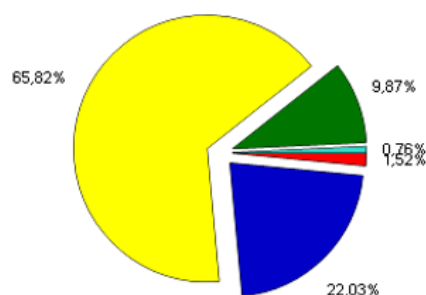
	%	#
0 1. Não preparou	0,51%	2
1 2. Preparou pouco	20,76%	82
2 3. Preparou	68,86%	272
3 4. Preparou muito	8,10%	32
Not answered	1,77%	7
Total	100%	395



9

6. Identificar os principais factos que configurem infrações à Lei da Caça e da Pesca.

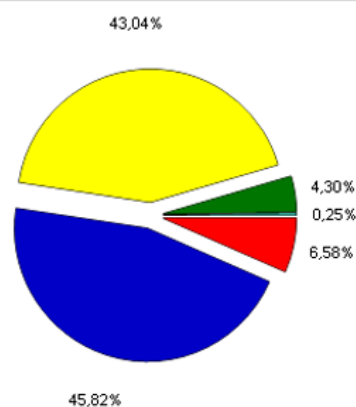
	%	#
0 1. Não preparou	1,52%	6
1 2. Preparou pouco	22,03%	87
2 3. Preparou	65,82%	260
3 4. Preparou muito	9,87%	39
Not answered	0,76%	3
Total	100%	395



10

7. Identificar as infrações em que a lei confere competência à GNR no que diz respeito a incêndios.

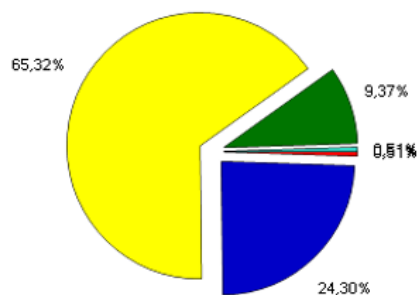
	%	#
0 1. Não preparou	6,58%	26
1 2. Preparou pouco	45,82%	181
2 3. Preparou	43,04%	170
3 4. Preparou muito	4,30%	17
Not answered	0,25%	1
Total	100%	395



11

8. Identificar quais as atividades sujeitas a licenciamento municipal.

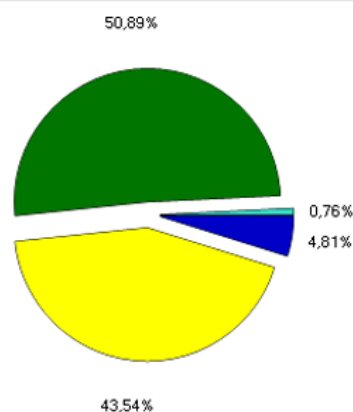
	%	#
0 1. Não preparou	0,51%	2
1 2. Preparou pouco	24,30%	96
2 3. Preparou	65,32%	258
3 4. Preparou muito	9,37%	37
Not answered	0,51%	2
Total	100%	395



12

9.Efetuar uma operação de fiscalização de trânsito.

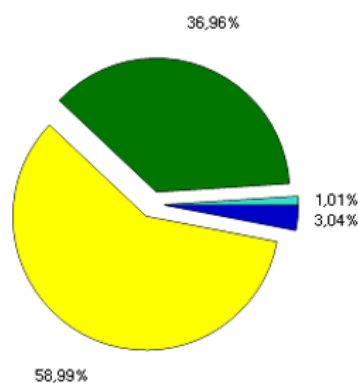
	%	#
0 1. Não preparou	0,00%	0
1 2. Preparou pouco	4,81%	19
2 3. Preparou	43,54%	172
3 4. Preparou muito	50,89%	201
Not answered	0,76%	3
Total	100%	395



13

10. Identificar factos que configurem infrações previstas pelo Código da Estrada e respetivos regulamentos.

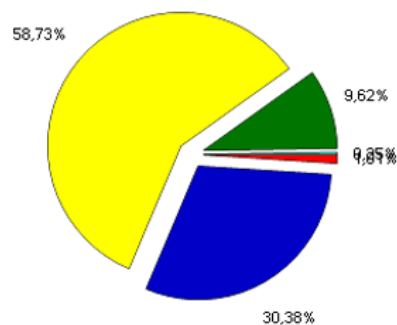
	%	#
0 1. Não preparou	0,00%	0
1 2. Preparou pouco	3,04%	12
2 3. Preparou	58,99%	233
3 4. Preparou muito	36,96%	146
Not answered	1,01%	4
Total	100%	395



14

11. Aplicar técnicas de preservação e conservação de vestígios e outros indícios de crime.

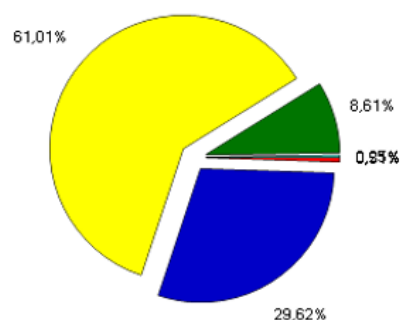
	%	#
0 1. Não preparou	1,01%	4
1 2. Preparou pouco	30,38%	120
2 3. Preparou	58,73%	232
3 4. Preparou muito	9,62%	38
Not answered	0,25%	1
Total	100%	395



15

12. Efetuar os procedimentos corretos numa busca.

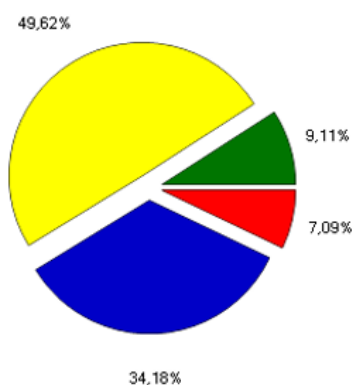
	%	#
0 1. Não preparou	0,51%	2
1 2. Preparou pouco	29,62%	117
2 3. Preparou	61,01%	241
3 4. Preparou muito	8,61%	34
Not answered	0,25%	1
Total	100%	395



16

13. Interpretar corretamente ordens, determinações e diretivas (Guia de patrulha).

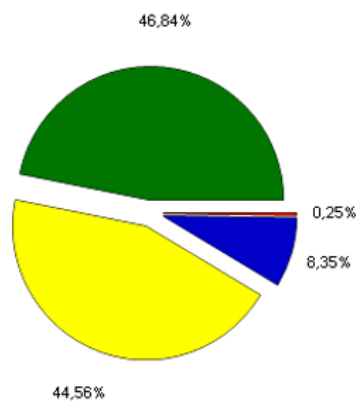
	%	#
0 1. Não preparou	7,09%	28
1 2. Preparou pouco	34,18%	135
2 3. Preparou	49,62%	196
3 4. Preparou muito	9,11%	36
Not answered	0,00%	0
Total	100%	395



17

14. Manusear, desmontar, montar e fazer a manutenção de 1º escalão da pistola Glock 19 calibre 9mm.

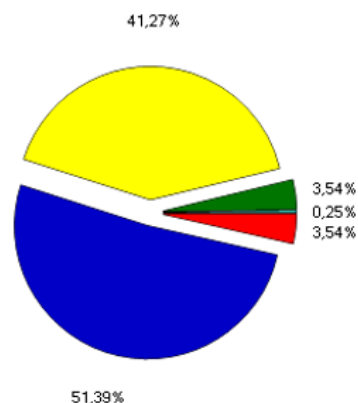
	%	#
0 1. Não preparou	0,25%	1
1 2. Preparou pouco	8,35%	33
2 3. Preparou	44,56%	176
3 4. Preparou muito	46,84%	185
Not answered	0,00%	0
Total	100%	395



18

15. Efetuar uma operação de fiscalização a um estabelecimento.

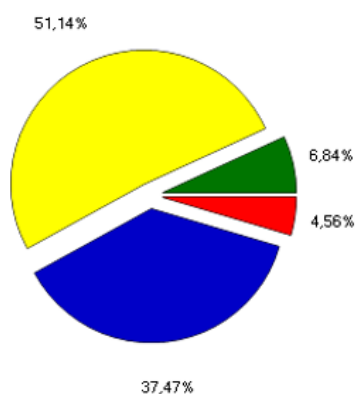
	%	#
0 1. Não preparou	3,54%	14
1 2. Preparou pouco	51,39%	203
2 3. Preparou	41,27%	163
3 4. Preparou muito	3,54%	14
Not answered	0,25%	1
Total	100%	395



19

16. Utilizar uma comunicação eficaz e adaptada a cada situação específica.

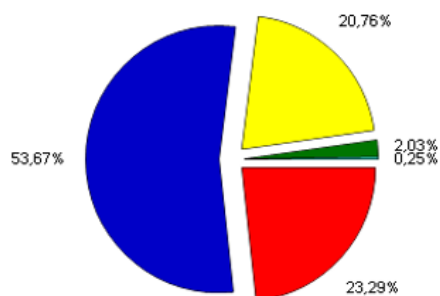
	%	#
0 1. Não preparou	4,56%	18
1 2. Preparou pouco	37,47%	148
2 3. Preparou	51,14%	202
3 4. Preparou muito	6,84%	27
Not answered	0,00%	0
Total	100%	395



20

17. Realizar o expediente da ação policial (autos de contra-ordenações, acidentes).

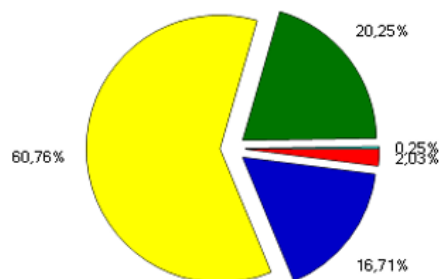
	%	#
0 1. Não preparou	23,29%	92
1 2. Preparou pouco	53,67%	212
2 3. Preparou	20,76%	82
3 4. Preparou muito	2,03%	8
Not answered	0,25%	1
Total	100%	395



21

18. Representar a Guarda Nacional Republicana publicamente tendo em consideração os valores institucionais.

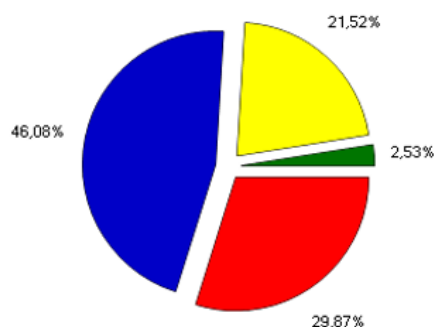
	%	#
0 1. Não preparou	2,03%	8
1 2. Preparou pouco	16,71%	66
2 3. Preparou	60,76%	240
3 4. Preparou muito	20,25%	80
Not answered	0,25%	1
Total	100%	395



22

19. Desempenhar a função de atendimento ao público.

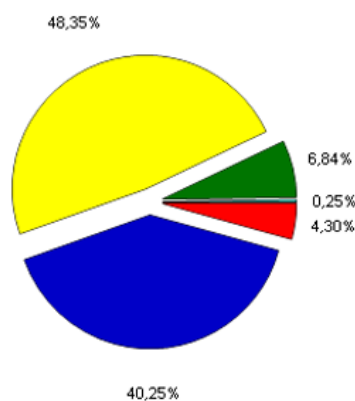
	%	#
0 1. Não preparou	29,87%	118
1 2. Preparou pouco	46,08%	182
2 3. Preparou	21,52%	85
3 4. Preparou muito	2,53%	10
Not answered	0,00%	0
Total	100%	395



23

20. Receber e transmitir mensagens com os equipamentos existentes na Guarda, tendo em atenção os procedimentos e expressões de serviço.

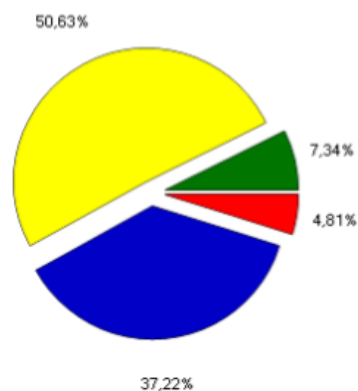
	%	#
0 1. Não preparou	4,30%	17
1 2. Preparou pouco	40,25%	159
2 3. Preparou	48,35%	191
3 4. Preparou muito	6,84%	27
Not answered	0,25%	1
Total	100%	395



24

21. Neutralizar um adversário utilizando técnicas de mãos livres.

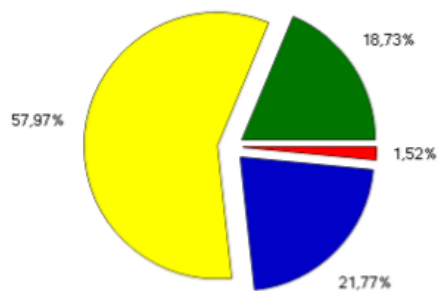
	%	#
0 1. Não preparou	4,81%	19
1 2. Preparou pouco	37,22%	147
2 3. Preparou	50,63%	200
3 4. Preparou muito	7,34%	29
Not answered	0,00%	0
Total	100%	395



25

22. Proceder a uma algemagem recorrendo as técnicas ministradas.

	%	#
0 1. Não preparou	1,52%	6
1 2. Preparou pouco	21,77%	86
2 3. Preparou	57,97%	229
3 4. Preparou muito	18,73%	74
Not answered	0,00%	0
Total	100%	395



APÊNDICE D - Análise qualitativa das entrevistas

Quadro n.º 9 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º 1

<p style="text-align: center;">Questão n.º 1</p> <p style="text-align: center;">Qual ou quais as áreas de formação onde os formandos apresentam mais debilidades?</p>		
Entrevistados	Ideias-Chave	Segmentos
E1	<ul style="list-style-type: none"> - “apresentam mais dificuldades na componente de elaboração de expediente.” - “sistemas de apoio à atividade operacional, constatamos também que a formação no âmbito destes mesmos sistemas configura uma grande lacuna.” 	<p style="text-align: center;">Q1.1 Q1.2</p>
E2	- “As áreas de formação onde os formandos apresentam mais debilidades são a legislação policial e no que toca ao módulo jurídico, direito fiscal, direito penal e direito processual penal.”	<p style="text-align: center;">Q1.3 Q1.4 Q1.5</p>
E3	- “Todas as áreas que necessitam de maior enquadramento teórico, por exemplo, Direito Penal e Direito Processual Penal.”	<p style="text-align: center;">Q1.3</p>
E4	- “Na Língua Inglesa, no Módulo Jurídico, Direito Penal, Direito Processual Penal e Legislação Policial, atendimento ao público e preenchimento de expediente.”	<p style="text-align: center;">Q1.1 Q1.3 Q1.6 Q1.7</p>
E5	<ul style="list-style-type: none"> - “Apresentam muitas debilidades na função de Atendimento ao Público.” - “preenchimento de expediente de ação policial, sendo esta última, na minha opinião, a maior lacuna do Curso de Formação de Guardas.” 	<p style="text-align: center;">Q1.1 Q1.7</p>

E6	<p>- “Penso que os formandos apresentam sérios problemas em termos de escrita e redação, tanto no preenchimento de expediente policial como também na generalidade das situações.”</p> <p>- “Apresentam também dificuldades no módulo Jurídico, mais em concreto nos procedimentos de Direito Processual Penal.”</p>	<p>Q1.1</p> <p>Q1.3</p>
E7	<p>- “No módulo Jurídico, Direito Penal e Direito Processual Penal.”</p> <p>- “módulo Técnico-Profissional no que diz respeito a conseguirem transpor os conhecimentos teóricos para a prática.”</p>	<p>Q1.3</p> <p>Q1.8</p>
E8	- “sentem mais dificuldades no módulo jurídico, nomeadamente Direito Penal e Processual Penal.”	Q1.3
E9	<p>-“No módulo Técnico-Profissional mais concretamente na unidade curricular de Investigação Criminal, nas tarefas e procedimentos de preservação do local do crime e apoio à vítima.”</p> <p>-“Elaboração de expediente administrativo e de ação policial, principalmente autos de notícia e participações.”</p>	<p>Q1.1</p> <p>Q1.8</p>

Quadro n.º 10 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º 2

<p>Questão n.º 2</p> <p>Onde considera que deveria ser investido mais tempo na formação dos Guardas Provisórios, tendo em conta as funções que vão desempenhar como patrulheiro?</p>		
Entrevistados	Ideias-Chave	Segmentos
E1	- “Na disciplina de Sistemas de Apoio à Atividade Operacional, temos de ter em conta que dentro de alguns anos nenhum Guarda vai tomar conta das ocorrências de	<p>Q2.1</p> <p>Q2.2</p> <p>Q2.3</p> <p>Q2.6</p>

	<p>papel e caneta sendo que a desmaterialização dos procedimentos a isso conduz.”</p> <p>- “Por outro lado, considero que também deveria ser mais investido naquelas disciplinas que se prestam à realização de expediente, como por exemplo, o Direito Processual Penal.”</p> <p>- “É importante na disciplina de Legislação Policial reservar cada vez mais tempos letivos para a prática de elaboração dos mais variados autos, quer estes sejam de notícia, quer sejam por contraordenação.”</p>	
E2	- “Penso que se deveria apostar numa componente teórico-prática, focada essencialmente nos procedimentos legais.”	Q2.2 Q2.5
E3	- “Nas matérias relacionadas com Técnica Individual de Combate e Tática das Forças de Segurança, pois, independentemente de qual seja a matéria a abordar, a Tática está sempre subjacente.”	Q2.7 Q2.8
E4	- “Deveria ser investido mais tempo em Direito Penal, Direito Processual Penal e Legislação Policial.”	Q2.2 Q2.3
E5	- “Tal como referi anteriormente, considero que deveria ser investido mais tempo nas áreas de Atendimento ao Público e de expediente pois é algo que vão realizar diariamente e neste momento apresentam muitas dificuldades.”	Q2.1 Q2.4
E6	- “Penso que deveria ser investido mais tempo nos módulos interdisciplinares mas não apenas entre as disciplinas policiais.”	Q2.5
E7	- “Na minha opinião deveria ser investido mais tempo de formação no que diz respeito à função de atendimento e elaboração de expediente.”	Q2.1 Q2.4
E8	- “Considero que deve ser investido mais tempo nos procedimentos do Direito Processual Penal e Direito	Q2.2 Q2.3

	Penal e também no que diz respeito à legislação policial.”	
E9	- “Deveria ser investido mais tempo na elaboração de expediente pois, aquando do término do curso, vai ser uma realidade praticamente diária.”	Q2.1

Quadro n.º 11 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º 3

<p align="center">Questão n.º 3</p> <p align="center">Quais das metodologias que tem vindo a ser adotadas se mostram mais eficazes?</p> <p align="center">Como poderiam ser melhoradas?</p>		
Entrevistados	Ideias-Chave	Segmentos
E1	- “As que se têm mostrado mais eficazes são a aposta no ensino destas plataformas de apoio à atividade operacional, e também os módulos interdisciplinares onde os formandos aplicam na prática os conhecimentos que apreendem na componente teórica.”	Q3.1 Q3.4
E2	- “É importante ter em conta de que o Curso de Formação de Guardas é um curso para centenas de pessoas e estas mesmas pessoas, os Guardas Provisórios, devem receber a mesma formação, o que por sua vez acarreta uma metodologia de trabalho complexa carecendo assim de um grande esforço de planeamento. Esta metodologia aliada ao bom planeamento têm-se manifestado eficaz tendo em conta as condicionantes, que já referi, que o curso comporta.” - “Por outro lado tem havido um equilíbrio muito importante entre a componente teórica e a componente prática, como é o caso dos módulos interdisciplinares onde se aplicam procedimentos de todas as disciplinas como um todo.”	Q3.1 Q3.3

E3	- “Tudo o que tem um cariz mais prático tem sido aquilo que se mostra mais eficaz, por exemplo, os Guardas Provisórios fazem antes de ir para a Formação em Exercício uma prática de estrada.”	Q3.1
E4	- “A metodologia mais adequada deveria ser sempre aquela que envolve várias disciplinas e que consegue conjugar a teoria com a prática. Tal como sucede com os módulos interdisciplinares, onde são ministradas aos formandos um tempo letivo de teoria e seguidamente dois tempos letivos de prática.”	Q3.1
E5	- “Penso que os módulos interdisciplinares têm vindo a ser bastante úteis visto que colocam na prática os conhecimentos adquiridos, incluindo Direito Penal e Direito Processual Penal.”	Q3.1 Q3.2
E6	- “os módulos interdisciplinares têm-se revelado muito eficazes.” - “As disciplinas de Comunicação e Atendimento e Interpretação e Redação deveriam ser incluídas nestes mesmos módulos, para, desta forma, após a resolução das ocorrências, saberem também fazer o preenchimento do expediente corretamente e fazer também de forma correta a abordagem ao cidadão.”	Q3.1 Q3.2
E7	- “As metodologias adotadas penso que têm sido eficazes tendo em conta os meios que dispomos. Contudo, existem certas lacunas que seriam colmatadas se tivéssemos, por exemplo, salas de situação ou salas de crimes onde se pudessem simular as mais variadas situações práticas.”	Q3.6
E8	- “A componente teórica associada à componente prática pois os formandos, após terem as sessões teóricas, vão sempre consolidar conhecimentos através da prática dessas instruções.”	Q3.1

E9	- “Relativamente à unidade curricular que sou instrutor, Tática das Forças de Segurança considero que é muito positivo o facto de cada semana tratarmos uma matéria diferente, pois permite ter um conhecimento mais abrangente sobre todas as matérias.”	Q3.5
----	---	------

Quadro n.º 12 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º 4

<p align="center">Questão n.º 4</p> <p align="center">Em termos de componente prática, considera que o curso está bem estruturado ou poderiam ser feitas alterações?</p>		
Entrevistados	Ideias-Chave	Segmentos
E1	- “Não, acho que ainda está desequilibrado. De acordo com os relatórios que os formadores elaboram no final de cada curso, tem-nos possibilitado ir fazendo pequenas alterações sem redesenhar completamente o curso. No entanto, temos uma grande dificuldade porque não conseguimos manter os formadores no Centro de Formação o tempo suficiente para eles próprios irem fazendo as necessárias adaptações, isto devido à grande rotatividade que existe entre os mesmos.”	Q4.4 Q4.7
E2	- “O Curso de Formação de Guardas está dividido em 3 Blocos: Bloco I – Formação Geral Militar, Bloco II – Formação Escolar e Bloco III – Formação em Exercício. Este Bloco III é uma parte significativa do curso, pois os Guardas Provisórios continuam a ser formandos, e é nesta mesma fase que o curso assume um cariz essencialmente prático. Posto isto, considero que existe um equilíbrio bastante bom entre a formação teórica e a formação prática.”	Q4.1 Q4.2

E3	- “Penso que um curso de formação inicial deve ter alguma continuidade e estabilidade e não deve depender das necessidades operacionais. Este curso não é agendado para beneficiar a formação mas para que durante o período de veraneio seja possível lançar os Guardas Provisórios na Formação em Exercício.”	Q4.4 Q4.6
E4	- “Não, acho que deveriam existir muitas mais horas de módulos interdisciplinas e formação mais vocacionada para o posto territorial. Seria pertinente injetar ao máximo situações práticas que sucedem nos postos fazendo assim com que mais de metade do curso fosse de componente prática.”	Q4.4 Q4.5
E5	- “Sim, a nível prático acho que sim. Existem inclusivamente unidades curriculares que talvez até tenham tempos letivos a mais, como o caso de Direito Rodoviário. Neste caso, penso que deveria ser dada mais ênfase à Legislação Policial.”	Q4.1 Q4.3
E6	- “Sim, considero que está bem estruturado abrangendo um grande leque de matérias e tendo em conta o tempo disponível está bem feito o equilíbrio entre a teoria e a prática.”	Q4.1 Q4.2
E7	- “De acordo com o tempo que está estipulado para o curso, considero que está bem estruturada, pois neste período os formandos tem muita componente prática.”	Q4.1
E8	- “Sim, penso que, tal como está o curso, apresenta uma estrutura sólida em termos de prática.”	Q4.1
E9	- “Sim, penso que é o ideal. Por exemplo, no caso de Tática das Forças de Segurança, nós temos uma aula teórica seguida de duas práticas.”	Q4.1 Q4.2

Quadro n.º 13 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º 5

<p>Questão n.º 5</p> <p>Considera que o período temporal do CFG é suficiente? Se não, na sua opinião, qual deveria ser?</p>		
Entrevistados	Ideias-Chave	Segmentos
E1	- “Se o ano letivo começasse a tempo e horas, ou seja, se fosse possível existir uma data certa para começar o curso, era possível desenhar uma estrutura curricular consolidada porque, embora o curso esteja desenhado para 1200 horas, nunca assim foi realizado sendo adaptado para as atuais 900 horas com as mesmas disciplinares. Na minha opinião, o ideal seria mesmo serem cumpridas as 1200 horas, o que implicaria que o curso começasse sempre em outubro, não obrigando assim a fazer o ajustamento para as 900 horas.”	Q5.1 Q5.2 Q5.5
E2	- “É importante referir que este curso está projetado para 1200 horas. Contudo, devido a restrições aos mais variados níveis, os cursos têm sido reduzidos para 900 horas de formação. Nunca poderemos afirmar que é suficiente mas penso que as 1200 horas seria de facto o ideal.” - “Era também pertinente acertar a calendarização dos cursos, para que estes terminassem a sua Formação Escolar em meados de maio.”	Q5.1 Q5.2 Q5.5
E3	- “Considero que é suficiente. Contudo, poderia ter menos unidades curriculares e essas mesmas unidades curriculares terem mais tempos letivos.”	Q5.3 Q5.4
E4	- “O período atual considero que seja suficiente mas deveria ser completamente reestruturado essencialmente para uma vertente prática dos postos territoriais, ou seja, aquilo que eles vão fazer	Q5.1 Q5.4

	diariamente. Os formandos neste momento têm muito pouco contato com aquilo que vão fazer.”	
E5	- “Considero que seja insuficiente comparando com o que já estava estabelecido anteriormente. O curso tem 900 horas e deveriam ser cumpridas as 1200 horas para as quais foi estruturado.”	Q5.1 Q5.2
E6	- “Não, no meu entender o curso deveria ter mais tempo destinado à componente prática podendo até no final do curso existir um período específico para mais módulos interdisciplinares onde os formandos iriam pôr todo o seu conhecimento à prova mas de uma forma essencialmente prática.”	Q5.1 Q5.4
E7	- “Acho que não. O Curso de Formação de Guardas deveria ter 2 anos no mínimo. O atual período do curso deveria ser só componente teórica e o período probatório faria ainda parte do curso sendo então mais um ano de componente prática.”	Q5.1 Q5.4
E8	- “O período é suficiente mas considero que o tempo de estágio (Formação em Exercício) deveria ser alargado.”	Q5.3 Q5.4
E9	- “Penso que o período temporal poderá ser suficiente desde que seja bem aproveitado, sendo que se fosse mais era melhor pois poderiam praticar mais.”	Q5.3 Q5.4

Quadro n.º 14 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º 6

<p align="center">Questão n.º 6</p> <p align="center">Na sua ótica, quais as disciplinas que poderiam ser acrescentadas no referencial de curso e quais as que poderiam ser excluídas?</p>		
Entrevistados	Ideias-Chave	Segmentos
E1	- “É importante a constituição de uma equipa multidisciplinar com experiência nas áreas de processo penal, do trânsito, das disciplinas comportamentais, da	Q6.7

	<p>legislação policial, etc, por forma a ser possível verificar quais são realmente as disciplinas mais importantes sacrificando assim outras que sejam menos importantes.”</p> <p>- “Isto exige um trabalho sistematizado e duradouro que nos dê garantias de sucesso, evitando assim mudanças contantes no curso que trazem obviamente desvantagens.”</p>	
E2	<p>- “Tendo em conta as 900 horas de formação, penso que não será pertinente nem excluir nem acrescentar disciplinas. No caso de se aumentar das 900 horas para as 1200 horas, deveria ser feito um melhor equilíbrio em termos de carga horária entre as disciplinas e aumentar a componente prática, nomeadamente preenchimento de expediente e prática de procedimentos de tática das forças de segurança.”</p>	<p>Q6.1</p> <p>Q6.2</p> <p>Q6.3</p>
E3	<p>- “Acrescentadas penso que não seria nenhuma, tal como não deveriam ser excluídas mas enfraquecidas em tempos letivos todas aquelas para as quais existem cursos de especialização.”</p>	<p>Q6.1</p> <p>Q6.2</p> <p>Q6.3</p>
E4	<p>- “Acrescentar deveria ser o Curso de Intervenção Rápida ao invés de Luta e Defesa Pessoal. Deveriam ser excluídas: Direito Fundamentais, pois não é necessário para o serviço territorial; Informações; Organização e Funcionamento da GNR; deveria ser reduzida Ética e Deontologia Profissional.”</p> <p>- “A maior lacuna do Curso de Formação de Guardas é o facto do detalhes de formação das unidades curriculares estarem completamente desatualizados. O curso deveria ser totalmente inovado. Deveria existir um órgão que definisse as competências e às exigências da função de patrulheiro e depois sim elaborar os detalhes de formação com vista as necessidades de formação.</p>	<p>Q6.4</p> <p>Q6.5</p> <p>Q6.6</p> <p>Q6.7</p>

	Neste momento, tal não acontece pois os detalhes de formação passam de ano para ano sem qualquer alteração.”	
E5	- “Considero que a unidade curricular de Comunicação e Atendimento deveria ser reformulada por forma ao seu detalhe de formação estar enquadrado com a função de Atendimento ao Público. A unidade curricular de Interpretação e Redação também deveria ser reestruturada para preparar os formandos para o preenchimento de expediente de ação policial. Não penso ser proveitoso excluir nenhuma disciplina.”	Q6.1 Q6.2 Q6.3
E6	- “Penso não ser vantajoso excluir nenhuma pois desta forma, tal como está estruturado o curso, permite-lhes ter um conhecimento muito abrangente sobre as diferentes matérias. Considero que também não seria necessário acrescentar nenhuma unidade curricular mas poderiam sim aumentar os tempos letivos de Interpretação e Redação.”	Q6.1 Q6.2 Q6.3
E7	- “Não deveria ser acrescentada nenhuma mas sim mais tempos letivos para Legislação Policial e penso que também não existe necessidade de excluir nenhuma unidade curricular.”	Q6.1 Q6.2 Q6.3
E8	- “O curso está bem estruturado em termos de unidades curriculares, penso que não seria necessário nem acrescentar nem excluir nenhuma disciplina.”	Q6.1 Q6.2
E9	- “Penso que não seria necessário acrescentar nenhuma disciplina. Porventura, Luta e Defesa Pessoal. Dadas as condições do Centro de Formação, poderia ser excluída e ficarmos com mais uma hora de Treino Físico.”	Q6.1 Q6.3 Q6.6

Quadro n.º 15 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º 7

Questão n.º 7 - Considera uma desvantagem, em termos formativos, o facto dos formadores serem maioritariamente oficiais subalternos e sargentos com pouco experiência na componente territorial?		
Entrevistados	Ideias-Chave	Segmentos
E1	<p>- “Considero que esta questão acarreta certas vantagens e desvantagens. A grande vantagem é a juventude, o entusiasmo de início de carreira e o querer fazer bem. Se conseguirmos potenciar estas características com a experiência dos comandantes de companhia, do comandante de batalhão escolar e até do comandante do centro de formação no sentido de evitar arbitrariedades e de nos centrarmos exatamente na formação.”</p> <p>- “A grande desvantagem é não ter vivenciado na prática, ou seja, não ter a experiência necessária para explicar grande parte das situações que são ministras.”</p> <p>- “Neste momento, este tipo de reestruturação a nível dos formadores é impossível. A Escola e o Centro de Formação de Portalegre não são atrativos no sentido de conseguir que este pessoal queira ir ministrar formação, pois implica que se percam subsídios o que cria muitas dificuldades ao voluntariado destes mesmos elementos.”</p>	<p>Q7.1</p> <p>Q7.2</p> <p>Q7.3</p> <p>Q7.4</p> <p>Q7.5</p>
E2	<p>- “Não, de maneira nenhuma. Não acho que seja uma desvantagem o facto de termos oficiais subalternos e sargentos com pouca experiência de componente territorial em funções como comandante de pelotão e adjunto do comandante de pelotão. Nesta formação base é necessário passar a mensagem de disciplina e rigor, para tal os oficiais subalternos e sargentos, embora com</p>	<p>Q7.2</p> <p>Q7.4</p>

	pouca experiência de componente territorial, são as pessoas indicadas.”	
E3	<p>- “Não considero que seja uma desvantagem, porque aquilo que se perde em experiência ganha-se no cumprimento estreito do detalhe de formação. Como tenho reparado, os formadores com mais experiência são aqueles que mais fogem ao detalhe de formação pois vão-se basear em excesso à experiência que trazem do terreno, podendo ou não ser a mais correta.”</p> <p>- “A principal lacuna do Curso de Formação de Guardas, no que diz respeito aos formadores, é a inexistência de um sistema de rotatividade previamente estabelecido, o que dá origem a alguma desmotivação por parte dos mesmos.”</p>	<p>Q7.1</p> <p>Q7.2</p> <p>Q7.4</p> <p>Q7.5</p>
E4	- “Sim, sem dúvida nenhuma. Na minha opinião é uma das maiores desvantagens do Curso de Formação de Guardas. Os formadores de deveriam ser Tenentes no último ano do posto e Sargentos-Ajudantes que já tiveram experiência de comando de posto territorial.”	<p>Q7.1</p> <p>Q7.3</p>
E5	- “Sim, sem dúvida. Por exemplo, em Legislação Policial, Direito Penal e Direito Processual Penal, a experiência de terreno é algo fundamental. Muitas vezes todo o conhecimento que trazemos da Academia de muito pouco nos serve quando os Guardas Provisórios nos questionam acerca de exemplos práticos pois ainda não os tivemos.”	<p>Q7.1</p> <p>Q7.3</p>
E6	- “Sem dúvida. Em termos de experiência de terreno, não tenho nenhuma e por vezes torna-se muito complicado dar exemplos das diferentes matérias aos formandos, sendo que é algo que eles solicitam bastante e que os ajuda muito a compreender determinadas instruções.”	<p>Q7.1</p> <p>Q7.3</p>

E7	- “Considero, e falo por experiência própria pois em 1995 quando vim dar instrução não me sentia minimamente preparado para tal. Dar instrução sem conseguir associar a teoria à prática através de exemplos perde-se em termos formativos e os formandos muitas vezes não conseguem apreender os conhecimentos.”	Q7.1 Q7.3
E8	- “Acho que não é uma desvantagem, cada um traz as suas experiências. Os Sargentos trazem um pouco mais de experiência de terreno mas o conhecimento e metodologias que os Alferes trazem da Academia também é muito importante.”	Q7.2 Q7.4
E9	- “Sem dúvida nenhuma. Penso que é uma das maiores limitações que a Guarda tem em termos de formação. Por exemplo, tenho conhecimento, sei por experiência própria, que a Polícia de Segurança Pública tem um corpo de docentes especializados só para dar formação nos cursos, sendo que, na minha opinião, beneficia em muito a formação.”	Q7.1 Q7.5

APÊNDICE E - Codificação alfanumérica dos segmentos das entrevistas

Quadro n.º 16 - Codificação alfanumérica dos segmentos da questão n.º 1

Questão n.º 1 Qual ou quais as áreas de formação onde os formandos apresentam mais debilidades?	
Segmento	Significado
Q1.1	Elaboração de expediente
Q1.2	Sistemas de apoio à atividade operacional
Q1.3	Direito Penal e Direito Processual Penal
Q1.4	Legislação Policial
Q1.5	Direito Fiscal e Aduaneiro
Q1.6	Língua Inglesa
Q1.7	Atendimento ao público
Q1.8	Módulo Técnico-profissional

Quadro n.º 17 - Codificação alfanumérica dos segmentos da questão n.º 2

Questão n.º 2 Onde considera que deveria ser investido mais tempo na formação dos Guardas Provisórios, tendo em conta as funções que vão desempenhar como patrulheiro?	
Segmento	Significado
Q2.1	Elaboração de expediente
Q2.2	Direito Penal e Direito Processual Penal
Q2.3	Legislação Policial
Q2.4	Atendimento ao público
Q2.5	Módulos Interdisciplinares
Q2.6	Sistemas de apoio à atividade operacional

Q2.7	Técnica Individual de Combate
Q2.8	Tática das Forças de Segurança

Quadro n.º 18 - Codificação alfanumérica dos segmentos da questão n.º 3

Questão n.º 3 Quais das metodologias que tem vindo a ser adotadas se mostram mais eficazes? Como poderiam ser melhoradas?	
Segmento	Significado
Q3.1	Módulos Interdisciplinares
Q3.2	Incluir mais disciplinas nos módulos interdisciplinares
Q3.3	O esforço de planeamento e metodologia de trabalho complexa
Q3.4	Ensino das plataformas de apoio à atividade operacional
Q3.5	A abrangência de matéria de Tática das Forças de Segurança
Q3.6	Criação de salas de situação

Quadro n.º 19 - Codificação alfanumérica dos segmentos da questão n.º 4

Questão n.º 4 Em termos de componente prática, considera que o curso está bem estruturado ou poderiam ser feitas alterações?	
Segmento	Significado
Q4.1	O curso está bem estruturado
Q4.2	Existe um equilíbrio entre a componente prática e teórica
Q4.3	Reestruturar os tempos letivos das disciplinas
Q4.4	O curso não está bem estruturado
Q4.5	Mais formação prática e vocacionada para a função de patrulheiro
Q4.6	O curso não deve depender de necessidades operacionais
Q4.7	Sistema de rotatividade de formadores ineficaz

Quadro n.º 20 - Codificação alfanumérica dos segmentos da questão n.º 5

Questão n.º 5 Considera que o período temporal do CFG é suficiente? Se não, na sua opinião, qual deveria ser?	
Segmento	Significado
Q5.1	O período temporal não é suficiente
Q5.2	O curso deveria ter 1200 horas
Q5.3	O período temporal é suficiente
Q5.4	A estrutura curricular do curso deveria conter mais componente prática
Q5.5	Deveria ser definida uma data fixa para o início do curso

Quadro n.º 21 - Codificação alfanumérica dos segmentos da questão n.º 6

Questão n.º 6 Na sua ótica quais as disciplinas que poderiam ser acrescentadas no referencial de curso e quais as que poderiam ser excluídas?	
Segmento	Significado
Q6.1	Não acrescentaria nenhuma disciplina
Q6.2	Não excluiria nenhuma disciplina
Q6.3	Deveria ser reestruturada a carga horária das disciplinas
Q6.4	Acrescentar o Curso de Intervenção Rápida
Q6.5	Excluir a disciplina de Informações e a de Noções Gerais de Direito
Q6.6	Excluir a disciplina de Luta e Defesa Pessoal
Q6.7	Constituir um grupo de trabalho para estudar o referencial do curso

<p>Questão n.º 7</p> <p>Considera uma desvantagem, em termos formativos, o facto de os formadores serem maioritariamente oficiais subalternos e sargentos com pouca experiência na componente territorial?</p>	
Segmento	Significado
Q7.1	Sim, é uma desvantagem
Q7.2	Não considero ser uma desvantagem
Q7.3	A falta de experiência limita a transmissão de conhecimentos
Q7.4	Os formadores com pouca experiência territorial cumprem de forma mais rigorosa o detalhe de formação das disciplinas
Q7.5	Deveria ser criado um sistema de rotatividade dos formadores

ANEXOS

ANEXO A - Plano curricular do CFG 2014/2015



GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
ESCOLA DA GUARDA
DIREÇÃO DE INSTRUÇÃO



Plano Curricular do CFG 2014-2015 - ARMAS

Bloco I - Formação Geral Militar (BI-FGM)					
Módulo	Coef	Unidades Curriculares	Coef	Tempos Letivos	Total
Formação Geral Militar	1	Armamento	1	12	87
		Ordem Unida	1	19	
		Cidadania e Condição Militar	1	10	
		Topografia	1	16	
		Técnica Individual de Combate	1	14	
		Treino Físico Militar	1	16	
				Soma (1)	87
Incorporação				14	63
Exercícios de Campo e Avaliação				42	
Atividades Complementares				7	
				Soma (2)	63
SubTotal (1) = Soma (1) + Soma (2)					150

Bloco II - Formação Escolar (BII-FE)					
Módulo	Coef	Unidades Curriculares	Coef	Tempos Letivos	Total
Jurídico	2	Nocções Gerais de Direito	1	15	105
		Direitos Fundamentais	1	15	
		Direito Penal	2	30	
		Direito Processual Penal	2	30	
		Direito Fiscal e Aduaneiro	1	15	
Técnico-Profissional	3	Legislação Policial	3	90	380
		Legislação e Segurança Rodoviária	2	60	
		Tática das Forças de Segurança	2	40	
		Investigação Criminal	1	30	
		Armamento e Tiro	2	60	
		Informações	1	15	
		Organização e Funcionamento da GNR	1	25	
		Módulos Interdisciplinares	2	60	
Sócio-Comportamental	2	Comunicação e Atendimento	1	20	55
		Interpretação e Redação	1	20	
		Ética e Deontologia Profissional	1	15	
Geral	1	Comunicações e Sistemas de Informação	1	30	85
		Saúde e Socorrismo	-	10	
		Inglês	1	25	
		Informática	1	20	
Aptidão Física e Ordem Unida	1	Educação Física e Desportos	1	45	85
		Luta e Defesa Pessoal	1	20	
		Ordem Unida	-	20	
Atividades Complementares		Curso de Adaptação de Condução Cat A+B		40	40
		Palestras/Conferências/Seminários			
		Visitas de Estudo			
		DDI			
Soma (3)					750
SubTotal (2)=Soma (3)					750
TOTAL = SubTotal (1) + SubTotal (2)					900